



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CÉLIA ADRIANA MIYASHIRO

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A SUPERVISÃO PROFISSIONAL EM
SERVIÇO SOCIAL**

FLORIANÓPOLIS

2019

CÉLIA ADRIANA MIYASHIRO

**DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A SUPERVISÃO PROFISSIONAL EM
SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Professora Doutora Maria Regina de Ávila Moreira.

FLORIANÓPOLIS

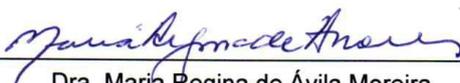
2019

CÉLIA ADRIANA MIYASHIRO

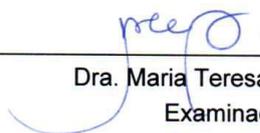
DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A SUPERVISÃO PROFISSIONAL EM
SERVIÇO SOCIAL

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

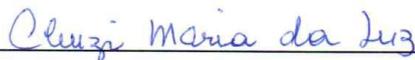
Banca Examinadora



Dra. Maria Regina de Ávila Moreira
Presidente
Universidade Federal de Santa Catarina



Dra. Maria Teresa dos Santos
Examinadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Cleuzi Maria da Luz
Examinadora
Assistente Social

*“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim, a nossa caminhada.
Caminhando e semeando, no fim terás o que colher”.*
(Cora Coralina)

Dedico este trabalho aos meus filhos: Marina, Marco e Luiza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares pelo apoio e incentivo durante todos esses anos faculdade.

Aos (as) professores (as) do Departamento do Serviço Social pela contribuição na construção do conhecimento e na formação profissional.

Em especial, a professora Maria Teresa dos Santos pelas ponderações e por compartilhar sua sabedoria, a colega de estágio Aline Ayres de Hollanda pelo companheirismo e auxílio nas questões burocráticas, e as assistentes sociais que participaram do projeto: Andréia, Ana Silvia, Candice, Cleuzi, Dayana, Débora, Francisca, Franciny, Greici, Karine, Liliane e Natalli, exemplos de profissionais lutadoras e competentes.

Agradeço enormemente a professora Maria Regina de Ávila Moreira, por quem tenho profunda admiração, pela oportunidade de estagiar no projeto de extensão, pela paciência e dedicação na elaboração deste trabalho.

Enfim, sou grata a todos (as) que contribuíram para que eu chegasse até aqui!

“A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la”.
Eduardo Galeano

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso aborda a supervisão ao trabalho dos (as) assistentes sociais, buscando apreender os elementos constitutivos da supervisão profissional ao longo da história do Serviço Social. Como metodologia de pesquisa partiu-se da pesquisa bibliográfica para recuperar alguns aspectos importantes da trajetória sócio-histórica da profissão que incidiram sobre a supervisão e da pesquisa documental, a partir da sistematização do projeto de extensão: “Supervisão Profissional ao Trabalho dos/das Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social de Santa Catarina-SC”, vinculado ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para trazer elementos ao debate e indicativos para a supervisão profissional se caracterizar como uma modalidade importante de qualificação permanente. O trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro traz a supervisão em sua concepção mais ampla e discorre sobre o Serviço Social brasileiro das origens ao movimento de reconceituação, o segundo aborda a emergência do projeto ético-político do Serviço Social no contexto sócio-histórico de intenção de ruptura com o conservadorismo e os desdobramentos em relação à supervisão profissional e, por fim, o terceiro capítulo traz alguns apontamentos sobre os desafios e potencialidades da supervisão profissional partindo da experiência do projeto de extensão, na intenção de contribuir ao debate acerca da importância de avançar na construção teórico-metodológica desta modalidade de supervisão enquanto um instrumento de aprimoramento intelectual, técnico e político dos (as) profissionais do Serviço Social em exercício.

Palavras-chave: Supervisão Profissional, Serviço Social, Educação Permanente, Exercício Profissional, Qualificação Profissional.

ABSTRACT

The present undergraduate thesis treat the supervision labor of the two social assistants, seeking understand the constitutive elements of the professional supervision to the longest of the history of Social Service. As part of the research methodology, a bibliographical review is sought to recover some important socio-historical aspects that will influence the supervision and the documentary research, from the systematization of the extension project: "Professional Supervision to Labor of Two Social Assistants that work in the Social Assistance System of Santa Catarina", linked to the Center of Studies in Social Services and Popular Organization of the Department of Social Services of the Federal University of Santa Catarina, to trace elements to debate and indicative for a professional supervision It is characterized as an important modality of permanent qualification. The final paper is organized in three chapters. The first brings the supervise in its conception more widely and disclose about the Brazilian Social Service or the conceptual movement, the second chapter addresses the emergence of the ethical-political focus of the Social Service in the socio-historical context of the rupture with the conservatism and the unfolding in relation about the professional supervision. The third chapter, will be found some suggestions about the challenges and potentialities of professional supervision in the experience of the purpose of extension, in the intention to contribute for debate on the importance of advancing a theoretical-methodological construction. This modality of supervision is an instrument of intellectual, technical and political improvement of Social Service professionals.

Key words: Professional Supervision, Social Work, Permanent Education, Professional Work, Professional Qualification.

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

ANAS - Associação Nacional de Assistentes Sociais

APAS - Associação Profissional de Assistentes Sociais

BU – Biblioteca da UFSC

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistência Social

CEAS - Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo

CEBS - Comunidades Eclesiais de Base

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos no Brasil

COS – Sociedade de Organização da Caridade

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social

NESSOP – Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PEP – Projeto Ético Político

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A supervisão profissional no contexto do Serviço Social brasileiro: das origens ao movimento de reconceituação	16
2.1. Apontamentos sobre o Serviço Social conservador	18
2.2. O significado do movimento de reconceituação e o debate da supervisão	26
2.2.1. A produção sobre supervisão e a centralidade na teorização	30
3. Emergência do Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social: supervisão profissional ausente	38
3.1 A tendência de intenção de ruptura no contexto sócio histórico	38
3.2. A emergência do Projeto Ético Político e seus desdobramentos no campo acadêmico e de atuação profissional	42
4. A experiência do Projeto de Extensão “Supervisão profissional ao trabalho dos assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social - SC”.	53
4.1 Apresentando o projeto	54
4.2 Indicativos sobre a supervisão profissional no desenvolvimento das oficinas	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	68

1. INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho é resultado da experiência vivenciada no Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social compreendido no período de 2016 a 2017, inserido no âmbito da extensão universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e vinculado ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP).

Sob o título: “Supervisão profissional ao trabalho dos assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social-SC¹”, o projeto de extensão foi coordenado pela Professora Dra. Maria Regina de Ávila Moreira e contou com a participação da Professora Dra. Maria Tereza dos Santos e das estagiárias: Aline Ayres de Hollanda e Célia Adriana Miyashiro.

A universidade pública, além da sua função educacional, possui uma função social pelo seu acúmulo na produção do conhecimento filosófico, artístico, científico, tecnológico e sua característica reflexiva e problematizadora da realidade social, que contribui para a construção da sociedade numa perspectiva mais justa e igualitária. O conhecimento, pelo seu valor universal, deve ser democrático e socializado para além da comunidade acadêmica. Neste sentido, a UFSC, como universidade, se inscreve sob a tríade ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva da indissociabilidade.

O NESSOP, fundado em 1992 e credenciado pelo CNPq em 2006, está vinculado ao Departamento de Serviço Social por meio dos projetos de extensão. É um espaço de reflexão teórico-metodológica e de construção do conhecimento do Serviço Social, eticamente comprometido com as organizações sócio comunitárias em seus projetos de ampliação de cidadania, do exercício da democracia participativa e de fortalecimento das lutas sociais. Frente às ofensivas do capitalismo globalizado que produz, num curto espaço de tempo, novos desafios para o enfrentamento da desigualdade social, a extensão cumpre um papel estratégico para desenvolver um pensamento baseado na ação e reflexão. As pesquisas produzidas no interior das universidades, para ter relevância social, devem estar subsidiadas pela realidade concreta e pela intenção de transformar essa realidade (MIYASHIRO, 2016).

¹ O projeto de extensão em questão possui validade até dezembro de 2019. Porém, o trabalho com o grupo de supervisão foi encerrado em julho de 2018 para, nesse próximo período sistematizar a experiência.

Nessa direção caminha o projeto de extensão que:

[...] prevê a ampliação e constituição de pesquisa para avaliar a técnica de supervisão institucional como uma das possibilidades de ação profissional de um lado e, ao mesmo tempo, identificar como as/os assistentes sociais estão trabalhando no exercício profissional com a instrumentalidade a partir das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas. Assim, o projeto Supervisão Profissional ao trabalho dos Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social – SC procurará resgatar a supervisão profissional enquanto uma metodologia de trabalho, a partir da perspectiva da teoria crítica tendo em vista seu atrelamento histórico ao funcionalismo. (MOREIRA; SANTOS, 2016).

A participação nesse projeto, tanto no planejamento quanto na construção metodológica das oficinas, foi despertando o interesse pelo tema e suscitou várias questões referentes aos desafios que atravessam os espaços sócio ocupacionais e a importância da supervisão como apoio aos profissionais em exercício, visando contribuir na construção de mediações voltadas para atuação condizente ao projeto ético-político profissional.

As requisições colocadas ao Serviço Social encontram-se permeadas pelas determinações históricas e conjunturais das políticas sociais. As demandas que chegam ao cotidiano profissional, a partir das necessidades da população usuária frente às desigualdades sociais próprias da sociedade burguesa, requerem do profissional um conjunto de intervenções embasadas por um rigoroso movimento de mediação entre a totalidade e a particularidade, o que exige do assistente social uma constante reflexão e revisitação de suas práticas à luz da teoria e do projeto ético político (BRAGA; GUERRA, 2009).

Outra questão, não menos importante, refere-se ao estágio atual do capitalismo que imprime uma lógica da expansão universitária que precariza o ensino superior através do estímulo à criação de cursos privados de graduação de pouca qualidade e à distância (CHAUÍ, 2003). Para contrapor a essa lógica o Conjunto CFESS/CRESS visa consolidar uma Política Nacional de Educação no âmbito do Serviço Social voltada para o aprimoramento intelectual, técnico e político de seus profissionais, ressaltando a importância da formação generalista na perspectiva crítica para não sucumbir à recorrência do pensamento conservador que ainda persiste no interior da categoria profissional (CFESS, 2012).

Desse modo, no âmbito da formação permanente, a supervisão profissional pode constituir-se num importante instrumento de qualificação profissional comprometido com a democratização e qualidade dos serviços prestados aos usuários.

A supervisão profissional torna-se também estratégica para problematizar o falso dilema de que “na prática a teoria é outra” (SANTOS, 2011), aprofundar o entendimento sobre a “unidade teoria e prática” e reforçar a dimensão técnico-operativa iluminada pelo conhecimento teórico e metodológico.

A supervisão profissional foi pouco explorada no Serviço Social após o processo de renovação da profissão e praticamente inexistente uma literatura referente ao tema, uma vez que tudo o que foi produzido após esse período está voltado à formação, ou seja, refere-se à supervisão de estágio que possui particularidades distintas da supervisão no trabalho.

Mesmo durante a minha trajetória acadêmica até então, não havia sido abordada essa modalidade de supervisão e, somado à carência de referências bibliográficas, apresentou-se como um desafio desenvolver a pesquisa.

Num primeiro momento, foi realizada a busca por referências utilizando os descritores Supervisão Profissional em Serviço Social e Supervisão Técnica em Serviço Social no banco de dados da Scielo e na Biblioteca da UFSC (BU). No entanto, somente trabalhos relacionados à supervisão de estágio foram encontrados. O mesmo se repetiu quando foi acessado o acervo digital da Revista Serviço Social & Sociedade e outras plataformas de pesquisa.

Diante deste contexto, essa pesquisa buscou compreender as razões que levaram ao abandono da supervisão profissional no Serviço Social contemporâneo e trazer para o debate questões sobre a importância da supervisão enquanto instrumento de qualificação e capacitação profissional permanente.

Assim, como metodologia de pesquisa partiu-se da pesquisa bibliográfica para recuperar alguns aspectos importantes da trajetória sócio histórica da profissão que incidiram sobre a supervisão, uma vez que a sua compreensão perpassa os componentes teóricos, éticos e políticos e o significado social da profissão vinculados a projetos de sociedade historicamente situados. E da pesquisa documental, através da sistematização do projeto de extensão para trazer elementos ao debate e indicativos para a supervisão profissional se caracterizar como uma modalidade importante de qualificação permanente.

Como método de investigação adotou-se a pesquisa qualitativa devido à natureza dos objetivos propostos. Seguindo o pensamento de Minayo (1993), a pesquisa qualitativa se atenta para um nível de realidade que não pode ser

quantificado, posto que numa investigação social os aspectos históricos, cultural, político e ideológico não podem ser apreendidos por uma escala estatística. As metodologias da pesquisa qualitativa permitem relacionar a questão do “significado” e da “intencionalidade” como inerentes aos atos e interferem na transformação como construções humanas significativas (MINAYO, 1993).

Ao considerar a pesquisa qualitativa é importante ressaltar o fato de que o objeto das Ciências Sociais é histórico e por isso mesmo, sempre provisório e cambiante. Como consequência desse fato possui também “consciência histórica” e estão submetidos às grandes questões de sua época conferindo-lhes significados a partir de seus sujeitos que são dialeticamente autores e frutos de seu tempo histórico (MINAYO, 1993).

Chizzotti (1991) também aborda a pesquisa qualitativa considerando a relação dinâmica que existe entre o mundo real e o sujeito. O pesquisador é parte integrante da pesquisa e deve se despir de seus preconceitos para receber as diversas manifestações do fenômeno que observa sem atribuir-lhe juízo de valor e nem conduzir-se pela sua forma aparente. Para o autor:

O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 1991, pg. 79).

Partindo desse pressuposto de que nenhuma ciência é neutra e que a produção do conhecimento parte de diferentes correntes teóricas, optou-se pela abordagem crítico-dialética por entender que a lógica dialética é a mais indicada para responder às necessidades metodológicas da pesquisa social, por considerar o método como o próprio desenvolvimento da realidade.

Enquanto o materialismo histórico representa o caminho teórico que aponta a dinâmica do real na sociedade, a dialética refere-se ao método de abordagem deste real. Esforça-se para entender o processo histórico em seu dinamismo, provisoriedade e transformação. Busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos e classes sociais), e realiza a crítica das ideologias, isto é, do imbricamento do sujeito e do objeto, ambos históricos e comprometidos com interesses e as lutas sociais de seu tempo (MINAYO, 1993, p. 65).

Para a exposição o trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro traz a supervisão em sua concepção mais ampla e discorre sobre o Serviço Social brasileiro das origens ao movimento de reconceituação, no propósito de apreender os elementos constitutivos da supervisão profissional ao longo da história.

O segundo capítulo aborda a emergência do projeto ético-político do Serviço Social no contexto sócio histórico de intenção de ruptura com o conservadorismo e os desdobramentos em relação à supervisão profissional.

Por fim, o terceiro capítulo traz alguns apontamentos sobre os desafios e as potencialidades da supervisão profissional partindo da experiência do projeto de extensão, na intenção de contribuir ao debate acerca da importância de avançar na construção teórico-metodológica da modalidade de supervisão voltada aos profissionais em exercício.

2. A supervisão profissional no contexto do Serviço Social brasileiro: das origens ao movimento de reconceituação

No percurso de desenvolvimento da pesquisa percebe-se a importância em trazer elementos conceituais da supervisão que foram construídos na trajetória teórica metodológica do Serviço Social. Assim, a apresentação deste item será a partir do acúmulo no Serviço Social tendo em vista que nosso objeto de estudo é a apropriação da supervisão profissional como mecanismo de capacitação continuada no âmbito da educação permanente.

Ao pesquisar a etimologia da palavra supervisão veremos que é um neologismo formado pelo prefixo “super” e pelo afixo “visão” para designar o ato de ver, conhecer, contemplar e ainda de orientar, dirigir ou inspecionar. Significa olhar de cima, olhar em conjunto (VIEIRA, 1979).

A supervisão está presente na história da humanidade desde a Grécia antiga como uma atividade de ensinar e aprender no treinamento de estudantes. Posteriormente, com a instituição das atividades filantrópicas das “diaconias”² pelo cristianismo, a supervisão voltou-se para a orientação de trabalhos nas obras sociais, na distribuição de esmolas e na administração de bens da igreja. Na Idade Média, a supervisão correspondia a um sistema de aprendizagem em que o mestre ensinava ao aprendiz a execução do ofício. Já na Idade Moderna, com o advento da Revolução Industrial, a supervisão assume um caráter de capacitação individual para assegurar a produtividade (LEWGOY, 2010).

Observa-se, desse modo, que o uso da supervisão a partir dessa conceituação mais ampla, desenvolveu-se a partir das necessidades sócio-históricas correspondentes aos interesses das organizações que dela se apropriaram.

Por esse ângulo, é pertinente afirmar que concepção de supervisão é sempre um termo em construção perpassada pelos determinantes sócio-históricos, culturais, políticos e econômicos numa relação dialética permanente de disputa entre projetos de sociedade.

Portanto, a supervisão em Serviço Social deve ser compreendida à luz de sua retrospectiva histórica, considerando as relações estabelecidas da profissão com o contexto sócio-político e econômico de cada época e, no que diz respeito ao Serviço

² Deriva da palavra grega diakoneo que significa servir, cujo sinônimo em latim é ministrare, no sentido de serviço, trabalho. Nas igrejas, o trabalho do leigo passa a ser comparado com a qualidade de um trabalho profissional e remunerado. (RIBEIRO,2012).

Social brasileiro, com as influências de referenciais europeu e norte-americano que direcionaram a prática profissional.

O caráter da supervisão em Serviço Social no Brasil está intrinsecamente relacionado ao processo de constituição da profissão no país, cujos desdobramentos revelam uma trajetória um tanto complexa e não linear.

Para apreender o processo de supervisão em Serviço Social no Brasil, sem a pretensão de resgatar a história, considero pertinente recuperar alguns aspectos da trajetória da profissão em dois momentos importantes: o primeiro diz respeito às origens, principalmente com relação ao Serviço Social e a Doutrina Social da Igreja, e o segundo é o período de renovação da profissão no contexto da ditadura civil militar no país.

A tese de que o surgimento da profissão foi resultado natural da racionalização da caridade e das obras filantrópicas foi largamente difundida por Mary Richmond nos Estados Unidos e, posteriormente no Brasil, por Balbina Ottoni Vieira (PEREIRA, 2016).

De acordo com Pereira (2016), Vieira reporta como referências basilares da profissão as legislações e atividades de assistência pública e privada desenvolvidas nos séculos anteriores, citando como exemplos as Associações Damas de Caridade (1617) e as Sociedades Vicentinas (1833), de inspiração nas ideias católicas que objetivavam o conhecimento sobre a miséria mundana para organizar a distribuição de doações numa perspectiva de profissionalização da filantropia.

Essa visão foi duramente criticada por Netto (2009), classificando-a como ingênua e mecanicista. Para o autor, o surgimento da profissão só pode ser compreendida dentro da dinâmica do desenvolvimento do capitalismo imperialista:

A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à “evolução da ajuda”, à “racionalização da filantropia” nem à “organização da caridade”; vincula-se à dinâmica da ordem monopólica. É só então que a atividade dos agentes do Serviço Social pode receber, pública e socialmente, um caráter profissional: a legitimação (com a simultânea gratificação monetária) pelo desempenho de papéis, atribuições e funções a partir da ocupação de um espaço na divisão social (e técnica) do trabalho na sociedade burguesa consolidada e madura; só então os agentes se reproduzem mediante um processo de socialização particular juridicamente caucionado e reiterado segundo procedimento reconhecido pelo Estado; só então o conjunto dos agentes (a categoria profissionalizada) se laiciza (Netto, 2009, p.73).

A concepção sobre a origem do Serviço Social é fulcral, uma vez que influencia na direção social da prática profissional e insere o conteúdo político na

discussão das políticas sociais numa perspectiva crítica da assistência pela via do direito, permanentemente tensionado pela contradição capital/trabalho.

O Serviço Social brasileiro percorreu um longo caminho de crítica e autocrítica durante o período de renovação da profissão até se apropriar da teoria crítica histórico-dialética que dá a sustentação teórico-metodológica e ideo-política à profissão, contudo, a supervisão não conseguiu avançar no mesmo compasso, fato que será problematizado no decorrer deste trabalho.

2.1. Apontamentos sobre o Serviço Social conservador

O Serviço Social surge no interior das contradições das desigualdades sociais oriundas do desenvolvimento da base estrutural capitalista na Europa em meados do século XIX. A profissão nasce articulada aos interesses da burguesia estrategicamente para atuar como mecanismo de controle social frente aos efeitos do pauperismo no qual mergulhava a classe trabalhadora.

Conforme Netto (2006), o pauperismo surgia como um novo fenômeno sem precedentes na história, pois “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2006, p.153). A nova dinâmica da pobreza não estava mais associada à escassez e a população não mais dispunha das condições materiais de vida, mesmo que precárias, que dispunha anteriormente, quando foram modificadas as relações de trabalho desencadeando ondas de protesto da parte dos explorados.

Para manter o sistema vigente da ordem burguesa que se consolidava, o Estado juntamente com a igreja, passou a promover ações assistenciais dirigidas aos trabalhadores e suas famílias para assegurar a reprodução do sistema do capital. Essa estratégia tanto servia para garantir minimamente as condições de reprodução da força de trabalho, como também para conter a reação dos trabalhadores diante da exploração a qual estavam submetidos. Esse fenômeno da sociedade moderna passa a ser denominada pelos ideólogos burgueses como “questão social”. (NETTO, 2006).

De acordo com Martinelli (2000), toda a trajetória de ascensão do sistema capitalista foi profundamente marcada pela luta de classes. Na medida em que avança o processo de consolidação do capitalismo, especialmente após a Revolução Industrial, avança no mesmo compasso a mobilização da classe operária e a generalização da miséria. Os trabalhadores passam a amadurecer suas

estratégias de organização e de luta em resposta às consequências nefastas provenientes da exploração da força de trabalho pelos detentores da propriedade privada e dos meios de produção, respaldado pelo Estado liberal burguês.

O século XVIII testemunhou uma série de violentos combates entre a classe operária e a burguesia, marcado ora por ondas de intensas manifestações e ora por momentos de influxo do movimento operário, em consequência da repressão do Estado, seja pela contenção das manifestações com violência, seja através de decretos coercitivos. Desse modo, a grande preocupação da burguesia na entrada do século XIX era encontrar uma forma de ajustar os interesses do capital com o movimento operário e o agravamento dos problemas sociais, uma vez que a expansão do capitalismo realizava-se através de suas leis imanentes, ou seja, “a lei da concorrência, da centralização do capital, da crise periódica e da pauperização da massa” (MARTINELLI, 2000, p. 39).

Tal contexto exigia da burguesia repensar os mecanismos para ocultar

[...] a face da exploração, da opressão, da dominação, da acumulação da pobreza e da generalização da miséria. Era crucial para o capitalismo manter sempre escondida, ou no mínimo dissimulada, essa massacrante realidade por ele produzida, evitando que suas próprias contradições e antagonismos constituíssem fatores propulsivos da organização do proletariado e da estruturação de sua consciência de classe (MARTINELLI, 2000, p. 39).

Para legitimar a nova ordem social era imprescindível pensar novas estratégias de controle social e a classe burguesa vai recorrer a Escola Humanitária e Filantrópica.

A Escola Humanitária é a que lastima o lado mau das relações das produções atuais. Para a tranquilidade de sua consciência, esforça-se para amenizar o mais possível os contrastes reais, deplora sinceramente as penúrias do proletariado e a desenfreada concorrência entre os burgueses. Aconselha os operários a serem sóbrios, trabalharem bem e terem poucos filhos; recomenda aos burgueses que moderem seu furor na esfera da produção (MARTINELLI, 2000, p. 63).

A classe dominante, camuflada sob o discurso humanitário de igualdade e harmonia entre as classes, utiliza-se da prática social dos filantropos de acordo com seus interesses, ou seja, através da função econômica e ideológica da assistência vai desenvolvendo seu projeto hegemônico de classe e imprimindo os valores burgueses para toda a sociedade.

No intuito de racionalizar a assistência, é fundada na Inglaterra, nos primórdios do século XIX, a Sociedade de Organização da Caridade (COS), sob iniciativa da alta burguesia inglesa numa aliança com a Igreja e o Estado. O

processo de racionalização e organização da assistência em bases científicas teve grande influência do trabalho pioneiro de educação familiar e social de Octavia Hill e da experiência da visita domiciliar de Florence Nightingale, cujo contato direto com as famílias operárias relacionava os problemas de subsistência com “problema de caráter” e sob essa concepção, a COS passa a difundir a ideia da assistência como uma ação de “reforma de caráter” (MARTINELLI, 2000).

A sociedade de Organização da Caridade gozou de grande prestígio e se expandiu por toda a Europa e, em 1882, foi inaugurada a primeira de muitas sedes nos Estados Unidos.

No Brasil, Netto (2009) chama a atenção para a relação de continuidade que efetivamente existe entre a profissão e a filantropia cujas implicações afetam medularmente o Serviço Social. Apesar de insuficiente e inepta para desvendar os caminhos da profissionalização do Serviço Social, há de considerá-la para compreender seu desenvolvimento desde a emergência da sociedade burguesa, conforme análise NETTO, 2009, p.70:

Esta relação é inegável e, em realidade, muito complexa, de um lado, compreende um universo ideo-político e teórico-cultural, que se apresenta no pensamento conservador; de outro envolve modalidades de intervenção característica do caritativismo - ambos os veios cobrindo igualmente a assistência “organizada” e o Serviço Social. Sobretudo, a relação de continuidade adquire uma visibilidade muito grande porque há uma instituição que desempenha papel crucial nos dois âmbitos - a Igreja católica.

Portanto, a discussão sobre a profissionalização do Serviço Social no Brasil só é possível à luz de um determinado contexto histórico mais amplo, vinculada ao reordenamento econômico do capitalismo monopolista e a aliança entre Estado/Igreja que se configura para administrar as incidências da Questão Social.

De acordo com Carvalho e Iamamoto (2009), a consolidação do Serviço Social se dá em meio às transformações sócio-históricas tendo como seu momento fundamental, a crise do comércio internacional de 1929 e o movimento de 1930 no Brasil. Momento este que leva a reorganização das esferas estatal e econômica, apressando o deslocamento do centro motor da acumulação capitalista das atividades de agro-exportação para as atividades industriais que se formavam nos grandes centros urbanos, nas palavras da autora:

Neste momento, o capital já se “liberou” dos custos de reprodução da força de trabalho. Limita-se a procurar no mercado, segundo suas necessidades, a força de trabalho tornada mercadoria. A manutenção e reprodução, por meio do salário, estão a cargo do próprio operário e de sua família. Este tem diante de si, como proletariado, não um senhor em particular, mas uma

classe de capitalistas, a qual vende sua força de trabalho. Sua sobrevivência se vincula ao mercado de trabalho dominado pelo capital e, apesar do caráter aparentemente individual dessa vinculação, é aqui que aparece mais claramente seu conteúdo social (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006 p. 125).

Diante das condições de vida degradantes dos operários decorrentes da exploração a qual estavam submetidos, surgiu a necessidade de controle social sobre a força de trabalho, requerendo do Estado, uma regulamentação jurídica das relações de trabalho.

Com o aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social nos primórdios do século XX, a questão social ganha novos contornos cujo desdobramento é inerente da formação da classe operária e sua entrada no cenário político, obrigando as frações de classe da burguesia nacional, o Estado e a Igreja se posicionarem frente aos movimentos sociais que reivindicavam uma cidadania social (CARVALHO E IAMAMOTO, 2006).

Assim, a redefinição das relações do Estado e a classe proletária resultam numa ampla legislação social acompanhada de mecanismos de controle social para frear a organização autônoma do proletariado.

Ainda segundo Carvalho e Iamamoto (2006), o cenário político do período pós 1930 foi atravessado por intensos conflitos de interesses distintos entre as frações da classe dominante. O governo provisório, então, recorre à Igreja como estratégia de legitimação do novo regime. Desse modo, concretiza-se a aliança entre Estado e Igreja e esta, que se encontra numa fase de recuperação do poder e de privilégios perdidos desde o fim do império, irá disputar arduamente a delimitação das áreas e competências de controle social e ideológico para reaver seu poder hegemônico na sociedade:

Esse período corresponderá, assim, a uma situação de ambiguidade, em que Igreja e Estado, unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social se mobilizarão para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle a partir das posições da Sociedade Civil que o regime anterior não fora capaz de preencher (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p.156).

Mais do que a implantação de uma política social destinadas às classes exploradas, será necessário estabelecer uma relação harmoniosa entre as classes em conflito, devendo prevalecer o comunitarismo cristão acima da regulamentação jurídica do Estado.

E é neste contexto que, no Brasil, o Serviço Social surge no interior do bloco católico respaldado pelo referencial europeu, sobretudo pelo Serviço Social franco-

belga, que manterá o monopólio da formação dos agentes sociais especializados, definindo sua base social, doutrina e ideologia, cujo currículo e materiais didáticos são organizados a partir do modelo autoritário das grandes escolas européias através do Curso Intensivo de Formação Social para Moças, promovido pelo Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) em 1932, ministrado pela assistente social da Escola Católica de Serviço Social de Bruxelas (MARTINELLI, 2000).

O Serviço Social Tradicional, sob a influência do neotomismo, captura o homem em sua forma genérica e abstrata como parte de uma sociedade harmoniosa. Neste sentido, quando um indivíduo desvia dessa perspectiva, é preciso reajustá-lo através da formação moral pra trabalhar o seu caráter. Ou seja, os problemas decorrentes na sociedade provinham da falha de caráter, individualizando e moralizando as expressões da questão social (CARVALHO, 2012).

Entretanto, não pode ser visto apenas sob esse prisma, mas, sobretudo “como uma forma de intervenção ideológica, que se baseia no assistencialismo como suporte de uma atuação cujos efeitos são essencialmente políticos: o enquadramento da população pobre e carente” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 215).

A partir da década de 1940, em decorrência de interesses políticos e econômicos, Getúlio Vargas estreita as relações com os Estados Unidos e programas de intercâmbio cultural entre os dois países aproxima o Serviço Social brasileiro da experiência americana de orientação positivista, promovendo uma mudança de perspectiva tanto em termos da prática profissional como também na formação e nas formas de abordagem (MARTINELLI, 2000).

No Congresso Interamericano de Serviço Social realizado no ano de 1941, o Serviço Social aproxima-se do modelo norte-americano, cujos laços são estreitados via bolsas de intercâmbio com os Estados Unidos, inserindo no Serviço Social, a racionalidade técnica e as teorias positivistas funcionalistas (CARVALHO, 2012).

Richmond foi a primeira assistente social a definir um método científico para trabalhar com indivíduos, denominado “Caseworker”, e ressaltava a importância de trabalhar a Personalidade, cujo legado vai influenciar por décadas os modelos de supervisão no Brasil (PEREIRA, 2016).

A história da profissionalização do Serviço Social no Brasil não está descolada do processo de amadurecimento da profissão nos Estados Unidos, pois foi justamente a partir da década de 1940 que o Serviço Social adquire capilaridade na sociedade brasileira. Apesar de realidades tão distintas entre os países, inclusive no que tange a organização dos serviços assistenciais à época, é consenso que as ideias, sobretudo de Mary Richmond, repercutiram no Serviço Social brasileiro e nos modelos de supervisão profissional.

Sendo assim, considera-se importante mencionar as bases de construção do Serviço Social norte-americano para avaliar as repercussões de sua influência no processo de constituição da supervisão em Serviço Social.

Segundo Costa (2017), foi no particular modo de desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos, em meio aos movimentos reformistas do final do século XIX e início do século XX, que se deram as bases para a configuração e a legitimação do Serviço Social enquanto profissão assalariada, inserida na divisão sócio técnica do trabalho.

As duas maiores expoentes do Serviço Social americano foram Jane Addams e Mary Richmond e, apesar de serem contemporâneas e revelarem preocupação com a questão social e a população vulnerável, atuando ativamente nas organizações sociais, seguem trajetórias substancialmente distintas (CARVALHO, 2012).

Jane Addams nasceu em 1860 em Cerdaville, numa família de classe média alta. Viajou pela Europa após a finalização dos seus estudos e fundou na cidade de Chicago, em 1889, a Hull House e outros centros comunitários, instituições que faziam a ponte entre a classe média e a classe trabalhadora. Filha de político lutou pelos direitos dos grupos mais vulneráveis da sociedade e foi ativista política do movimento feminista. Em 1920 foi eleita presidente da liga internacional das mulheres para a paz e liberdade e em 1931 recebeu o Prêmio Nobel da Paz.

Sob a influência da etnologia e do interacionismo da Escola de Chicago³, o Serviço Social nas Hull House estava voltado para uma ação orientada para o trabalho comunitário e de acolhimento aos imigrantes (interno e externo) cuja

³ A Escola de Chicago surgiu nos Estados Unidos na década de 1910 pela iniciativa de pesquisadores-professores do departamento de sociologia que se reuniram em torno da problemática urbana, remetendo ao campo das pesquisas empíricas para produzir e estimular uma variedade de estudos sobre a realidade urbana de Chicago (TEODÓSIO, 2003)

intervenção centrava-se no trabalho em grupo com contato permanente com a realidade/campo de ação. Ou seja, através do trabalho coletivo numa perspectiva de ação política junto às populações para lutar pelos seus direitos e contra as injustiças sociais (CARVALHO, 2012).

Ainda segundo Carvalho (2012), um dos principais contributos de Addams para o Serviço Social é a associação da ação dos assistentes sociais com uma ação de luta política, ainda que não partidária. Em sua trajetória defendeu a proibição do trabalho infantil, a limitação da jornada de trabalho para as mulheres, medidas de prevenção e riscos e de doenças no trabalho e desenvolveu grupos de autoajuda através da conscientização. Como consequência, tornou-se uma das referências para determinadas reformas sociais nos Estados Unidos e para a independência da profissão das bases religiosas.

Mary Richmond nasceu em 1861 em Belleville e iniciou sua atuação profissional como secretária nas organizações de solidariedade e de visitadora domiciliar para as organizações de caridade, as Sociedades para a Organização da Caridade (COS), cuja finalidade era definir os critérios da ajuda social. Através da sistematização da prática da sua experiência como visitadora, Richmond, após a conclusão dos estudos no ensino superior, fundou juntamente com a COS, a primeira escola de filantropia de Nova Iorque em 1897/98, onde foi professora (CARVALHO, 2012).

Richmond defendia que a ação social deveria ser executada por profissionais técnicos, cujo saberes específicos permitisse intervir na realidade social, reformulando a ação social das organizações de solidariedade. Também produziu legislações em favor das mulheres, crianças e deficientes mentais e publicou, em 1917, seu célebre trabalho “Diagnóstico Social”, obra que influenciou internacionalmente a profissão.

Aponta Carvalho (2012) que essas duas linhas de pensamento na construção do conhecimento do Serviço Social na modernidade, tanto de Jane Addams quanto de Mary Richmond, contribuíram para a laicização do Serviço Social, introduzindo novas bases para fundamentar a ação nas instituições assistenciais.

Contudo, a proposta de Richmond de ação como técnica de intervenção que imprimia um caráter científico para a profissão foi predominante. Compartilhando da concepção dominante na sociedade burguesa, Richmond olhava para os problemas

sociais desvinculados das causas econômicas concebendo-os como um problema de caráter, ainda que admitisse a influência do meio social (no caso, família, comunidade.). Para a autora, era necessário reajustar o indivíduo ao meio social para fazer progredir as relações sociais e propunha a ação do Serviço Social de casos e o diagnóstico social como estratégia para promover a reforma do caráter e a reintegração do indivíduo na sociedade (COSTA, 2012).

Apoiada na racionalidade das ciências sociais, mais notadamente a psicologia, propunha um conjunto de procedimentos baseados no método de investigação, no diagnóstico e no tratamento para desenvolver a personalidade, reajustando conscientemente o indivíduo ao meio social, a fim de sanar a “problemática” que os impedia de prover plenamente as suas necessidades, tanto no âmbito material quanto no social (CARVALHO, 2012).

Seguindo na análise de Costa (2012), juntamente com outros reformadores sociais da época, Mary Richmond questionava a concessão da assistência baseada no inquérito social que reunia critérios puramente econômicos e repressivos. Para além da concessão do auxílio, entendia que era necessário criar condições para desenvolver as capacidades desses indivíduos e adotou o termo “diagnóstico social” justamente para superar o inquérito social.

A adaptação do indivíduo às normas sociais postulava uma mudança de comportamento. Desse modo, para estabelecer melhorias nas relações sociais, tratava o indivíduo um a um no núcleo familiar, de acordo com COSTA, 2012, p.174:

[...] abrindo um espaço à moralização dos costumes, à criação dos hábitos e atitudes adequados ao “bom trabalhador”, “a boa moça”, ao equilíbrio nas relações familiares, que perpassam o relato das atividades práticas contidos no texto e que configuram a função ideológica da profissão no sentido da ação de uma consciência sobre as outras consciências.

Conforme Costa (2012), como prática basicamente empirista, a investigação social procurava reunir o maior número de fatos sociais possíveis partindo de informações contidas nas realidades sociais. Nesse sentido, todos os fatos são importantes inclusive, os fatos de caráter subjetivo. Uma vez reunidos e interpretados (pela dedução) os fatos, formava-se um diagnóstico da pessoa e seu problema, cujo quadro referencial era disponibilizado às instituições para viabilizar o acesso aos bens e serviços aos necessitados:

No processo desencadeado na relação do assistente social com o “cliente” ocorria uma interferência institucional na privacidade interna e externa da pessoa contra qual esta, como portadora de necessidades, não tinha como se negar [...] Compunha o conjunto da categorização da pobreza obtido

através do diagnóstico social e comportamental destinados aos trabalhadores em dificuldades (COSTA, 2012, p. 174).

Em contrapartida, justamente pelo caráter empirista, oferecia também a oportunidade de investigar as condições objetivas de existências daqueles indivíduos. Contudo, ao permanecer no nível fenomênico da individualização, desconsiderava a relação da realidade social com os aspectos econômicos que produzia as situações de vulnerabilidade, não revelando o verdadeiro caráter social do problema enfrentado pelo indivíduo que decorria da sua condição de classe.

Esse pensamento pioneiro de Richmond resultou nas primeiras elaborações teóricas do Serviço Social e obteve capilaridade internacional. No Brasil, essa influência adquiriu notoriedade especialmente a partir da década de 1940 e serviu de base metodológica para o desenvolvimento dos modelos de supervisão profissional em Serviço Social.

2.2. O significado do movimento de reconceituação e o debate da supervisão

Para o Serviço Social brasileiro, o processo de renovação da profissão ocorrido durante o período da ditadura civil militar no Brasil merece destaque por ser o início de um processo de redimensionamento, de amadurecimento e de laicização da profissão.

A década de 1960 é marcada pelas grandes transformações econômico-sociais, políticos e ideoculturais a nível internacional desencadeando uma série de movimentos de contestação da ordem capitalista que se alastram pelo globo terrestre.

É neste contexto que, na América Latina, surge o Movimento de Reconceituação, considerado um marco decisivo na trajetória do Serviço Social.

O Movimento de Reconceituação foi um fenômeno latino-americano no interior do conjunto das ciências sociais que, no bojo das grandes lutas sociais travadas no cenário mundial, questionavam os parâmetros teóricos explicativos sem considerar as particularidades históricas da formação sócio-cultural da América Latina.

No âmbito do Serviço Social latino-americano, foi um movimento bastante heterogêneo e, por vezes eclético, de contestação do Serviço Social Tradicional. Conforme aponta Netto (2005):

Esse movimento é parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social tradicional, a ruptura com o Serviço Social tradicional se

inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora; intimamente vinculada ao circuito sociopolítico latino-americano da década de 1960 (FALEIROS, 1987 apud NETTO, 2005, p. 146).

Contudo, no Brasil, a influência do Movimento de Reconceituação se deu de forma distinta por conta do Golpe Civil Militar que se instaura em 1964, interrompendo os trabalhos que alguns segmentos da categoria vinham desenvolvendo junto aos setores populares.

O objetivo aqui não é recuperar esse período histórico, mas destacar alguns elementos importantes que se processava no âmbito da categoria profissional, a partir da análise de Iamamoto (1999) e Netto (2005).

A crise do Serviço Social tradicional foi se processando a partir das transformações na sociedade e da reorganização do Estado para atender às novas demandas, imprimindo novos padrões para o desempenho profissional e alterando o relacionamento dos profissionais com as instâncias hierárquicas e com os seus usuários.

A atuação dos assistentes sociais no período ditatorial ficou circunscrita no Estado, nas médias e grandes empresas e na filantropia privada, ampliando e consolidando o mercado de trabalho.

Frente às novas exigências postas pelos interesses da autocracia burguesa, o Serviço Social depara-se com a necessidade de se legitimar frente às instâncias demandantes da profissão. Assim, insere-se no circuito das universidades para buscar nas ciências sociais, respostas para as suas limitações teórico-metodológicas e instrumentais. A profissão começa a romper com as antigas práticas, surgem polêmicas e heterogeneidade nas propostas de intervenção e muda o perfil dos profissionais, colocando o Serviço Social em curso de um projeto de renovação (NETTO, 2005).

De acordo com Netto (2005), o Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro reunia um conjunto de características novas: reordenamento de suas tradições em direção das contribuições das tendências do pensamento social contemporâneo; legitimação prática através de respostas a demandas sociais; validação teórica referendada pelas teorias e disciplinas sociais. Instaura-se no interior da categoria a construção de um pluralismo profissional em sintonia à polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto

das ciências sociais para superar a subalternidade intelectual e funções meramente executivas.

Compunha o Movimento de Renovação três direções principais, a saber:

A primeira é a Perspectiva Modernizadora que buscava adequar o instrumental técnico do Serviço Social para atender as demandas impostas pelo capital no período desenvolvimentista após o golpe militar, tendo como auge de sua formulação os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis.

Configura-se uma nova fundamentação para legitimar o papel e os procedimentos profissionais através dos aportes extraídos do estrutural-funcionalismo norte-americano. O caráter modernizador desta perspectiva, aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica do governo militar, procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam. “Se reporta a valores e concepções mais tradicionais, não para superá-los ou negá-los, mas para inseri-los numa moldura teórica e metodológica menos débil.” (NETTO, 2005, p.155). Foi a expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa e seu traço conservador.

A segunda segue no lastro da década de 1970, conhecida como a Perspectiva de Reatualização do Conservadorismo. Alinhada ao pensamento católico tradicional, visava resgatar a herança histórica e conservadora do Serviço Social, mas sob nova roupagem. Contrária a tendência modernizadora e às incidências da tradição marxista, recorre à fenomenologia propondo uma intervenção em nível micro de atuação centralizado nas dinâmicas individuais e na recuperação de valores tradicionais e da ajuda psicossocial, ou seja, era preciso reformar para conservar.

A terceira direção é a perspectiva de intenção de ruptura que propunha romper com o conservadorismo do Serviço Social tradicional. Diferentemente das outras vertentes, preconizava uma crítica sistemática ao desempenho tradicional e aos seus suportes teóricos, metodológicos e ideológicos da profissão.

Em meio à participação popular dos movimentos sociais, sindicais e estudantis no período de crise do regime militar na segunda metade dos anos de 1970, essa vertente crítica ganha terreno defendendo uma proposta crítica de mudanças estruturais sócio-econômica para responder às demandas profissionais em favor da classe trabalhadora. Recorre progressivamente à tradição marxista e

revela as dificuldades da sua afirmação no marco sociopolítico da autocracia burguesa (NETTO, 2005).

Conforme Iamamoto (1999) foi no bojo das transformações socioeconômicas decorrentes do aprofundamento do capitalismo monopolista, que se gestam as condições necessárias para construir um novo perfil de profissionais:

Foi no interior de um Estado, a serviço do grande capital, que lançou profundas amarras sobre a sociedade civil, tolhendo o exercício da cidadania, embora alimentando uma luta de classes contida nos subterrâneos da arena político-institucional - que foram criadas as condições para a maturação acadêmico-profissional do Serviço Social. Estas irão fluir e desenvolver-se no alvorecer da luta pela democratização da sociedade e do estado, junto com o conjunto de sujeitos coletivos que florescem no cenário social brasileiro (IAMAMOTO, 1999, p. 217).

Entretanto, apesar de dispor das condições materiais e de suporte acadêmico para responder ao avanço das lutas sociais travadas no embate com o patronato e o Estado, não possuía o acúmulo teórico para fundamentar uma auto renovação nesta perspectiva crítica (IAMAMOTO, 1999).

Esse descompasso reaproximou o Serviço Social brasileiro com a vertente crítica do Movimento de Reconceituação, impulsionando-o para a construção e o amadurecimento de novas bases para a profissão fundamentada na perspectiva crítica do materialismo-histórico-dialético.

Conforme revela Iamamoto (1999), o legado do Movimento de Reconceituação foi de continuidade e ruptura:

A linha de continuidade manifestou-se na retomada de um espírito essencialmente crítico no trato com o conservadorismo profissional e no resgate da interpretação marxista para a interpretação da sociedade e da profissão. Aponta para a construção de um novo Serviço Social que contemple os interesses sociais daqueles que, criando a riqueza social, dela não se apropriam – o conjunto dos trabalhadores – no horizonte da ultrapassagem do próprio ordenamento capitalista (IAMAMOTO, 1999, p. 218).

A Reconceituação proporcionou ao Serviço Social uma primeira aproximação com o marxismo, embora de forma tortuosa e muitas vezes equivocadas, somente a partir da década de 1980 que se dá o encontro entre o Serviço Social brasileiro e a obra marxiana, conferindo uma nova qualidade na análise e elaboração a partir da fiel análise do verdadeiro espírito do marxismo.

Entretanto, todo o embate teórico e político no interior da categoria gestado durante o Movimento de Reconceituação não se refletiu no processo de discussão sobre a supervisão profissional.

2.2.1. A produção sobre supervisão e a centralidade na teorização

No que diz respeito à supervisão em Serviço Social no Brasil, conforme pesquisa de Braga e Guerra (2009), as primeiras ações iniciaram na década de 1930, na perspectiva da assistência técnica às entidades privadas filantrópicas pautadas pelos valores cristãos. Já nos anos de 1940, sob influência das teorias norte-americanas, sobretudo de Mary Richmond, considerada pioneira do Serviço Social pelas elaborações teóricas da profissão, imprimiu a lógica da orientação de metodologia de estudo de diagnóstico e tratamento para o atendimento de casos no processo de supervisão, priorizando o atendimento individual e o aspecto psicossocial (LEWGOY, 2010).

Segundo Lewgoy (2010), na década de 1950 e 1960 a supervisão foi fortemente influenciada pela área pedagógica seguindo as tendências do movimento da Escola Nova⁴ no contexto da era desenvolvimentista no país.

Vieira (1979) considerava a supervisão em Serviço Social que até então focava nas técnicas de relacionamento, entrevistas, etc. e no preparo de instrumental para aplicação dessas técnicas um padrão muito rígido e pouco formativo, e propõe introduzir a didática na Supervisão, ou seja, a Supervisão enquanto processo pedagógico com o método do ensino tutorial, sistema de ensino focalizado no aluno ao invés de focalizar no assunto, formado por um grupo reduzido para tornar possível um debate individual:

A supervisão não é técnica do Serviço Social com Indivíduos, nem tratamento terapêutico aplicado ao supervisionado. É um processo de ensino e desenvolvimento profissional. Sua finalidade principal é ensinar ao supervisionado como aplicar a teoria do Serviço Social, que aprende em aula e na prática diária do campo de trabalho. (VIEIRA, 1979, p. 78).

De acordo com Braga e Guerra (2009), na década de 1960, mais especificamente com o projeto desenvolvimentista do governo ditatorial e pela conjuntura da modernização conservadora do Serviço Social, a supervisão, dotada da perspectiva estrutural-funcionalista, assumia o caráter técnico-administrativo em detrimento do político-ideológico, passando a ser concebida no âmbito da fiscalização e controle dos programas assistenciais para eliminar os desvios e promover a integração social.

⁴ Movimento que surge no final do século XIX inspirado na filosofia do pedagogo norte-americano John Dewey (1859-1952). A escola era vista como espaço privilegiado para a inserção do ímpeto transformador; uma escola transformada, evidentemente, uma educação nova, como se pôde ver no Manifesto dos Pioneiros de 1932. (Cunha, 2001).

O Serviço Social passa a ser cada vez mais absorvido pelo Estado e a prática profissional começa a deslocar seu eixo de preocupação do indivíduo para a comunidade, dando margem a adoção de novas técnicas como reunião e nucleação de grupos (SILVA, 2011). Desse modo, desenvolvem-se modelos de supervisão voltados para o Serviço Social de Grupo no intuito de organizar os serviços das instituições e o trabalho do voluntariado, combinando aspectos educativos e administrativos da supervisão (WILLIAMSON, 1965).

Sob a orientação da Organização das Nações Unidas (ONU) e outros organismos internacionais que concebia a capacitação dada por técnicos altamente qualificados a governos que solicitassem auxílio para reformular programas sociais, ampliam-se no Brasil a assistência técnica nas instituições nas modalidades de supervisão, assessoria, consultoria e orientação no intuito de impulsionar o desenvolvimento do país (BRAGA; GUERRA, 2009).

Valendo-se do arsenal técnico das áreas de Administração e Planejamento a racionalidade técnica que caracterizou a supervisão neste período era dotada pelos critérios de eficácia e eficiência em suas intervenções, como método de eliminação das distorções dos modelos assistenciais. Desse modo, a chamada assistência ou supervisão técnica explicita sua dimensão política aliada aos valores liberal-burgueses quando atua na manutenção da ordem vigente escamoteado pelo discurso da neutralidade técnica (BRAGA; GUERRA, 2009).

No final da década de 1970 inicia o processo de redemocratização do país, a profissão passa a se debruçar sobre as temáticas dos movimentos sociais e das lutas de libertação nacional da América Latina. Com a aproximação da teoria social marxista, surgem polêmicas no âmbito do exercício profissional e projetos políticos, profissionais e de sociedades distintos passam a se confrontar e, conseqüentemente, o modelo burocrático de supervisão começa a ser questionado (BRAGA; GUERRA, 2009).

Entretanto, a produção sobre o tema da supervisão não foi incorporada ao rico processo de produção teórica que redirecionou ética, política e tecnicamente a profissão durante o movimento conhecido como a “intenção de ruptura”, herdeira da vertente crítica do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina (BURIOLLA, 1994).

Pela análise de Braga e Guerra (2009) até a década de 1990 a única produção que rompeu com a influência norte-americana foi a da argentina Teresa Sheriff em 1973 com a obra *Supervisión em trabajo social*, que contestava as práticas conservadoras e a pretensa neutralidade da profissão. Inspirado nos escritos de Ernesto “Che” Guevara e de Paulo Freire a supervisão assume a perspectiva de “unproceso educativo y administrativo de aprendizaje mutuo entre el supervisor y el supervisado, en el que ambos son sujetos del proceso, tratando de que los dos sean portadores de una educación libertadora.” (SHERIFF, 1973, p.26).

De acordo com Sheriff (1973), a reformulação da metodologia de supervisão se dá pela necessidade de um pensamento crítico para apreender dialeticamente o processo social em sua globalidade, assumindo uma orientação política na direção da transformação da estrutura social. Esse pensamento parte de uma nova concepção do homem como sujeito da história, de uma nova consciência e novas categorias para pensar a realidade latino-americana.

Destacavam-se como valores do trabalho social o espírito comunitário, o diálogo, a visão crítica da realidade, a busca e criatividade, a responsabilidade, o compromisso e a participação ativa. Desse modo, o Serviço Social não buscará mais a adaptação do homem à sociedade, mas a sua transformação (SHERIFF, 1973).

Sheriff (1973) ainda elenca os principais pressupostos dessa nova concepção da supervisão, quais sejam: a intencionalidade provida de uma orientação política e ideológica como base no processo de supervisão como meio para alcançar os objetivos planejados; o diálogo, a reflexão e a crítica como instrumentos constitutivos do processo de supervisão; responsabilidade compartilhada dos sujeitos envolvidos.

A supervisão como processo educativo se estabelece na relação horizontal entre supervisor e supervisionado visando superar a contradição “sujeito-objeto” da relação hierárquica da transmissão de conhecimento. Aqui se propõe a aprendizagem mútua onde ambos são sujeitos do processo (SHERIFF, 1973).

De acordo com Lewgoy (2010) essa mudança de concepção representou uma tentativa de romper com as práticas ligadas às relações psicossociais do modelo conservador do Serviço Social.

Se por um lado o movimento de reconceituação produziu um rico arcabouço teórico para a profissão, do outro deixou lacunas no quesito instrumental. Possivelmente essa é uma das razões do tema da supervisão ter sido relegada em

segundo plano nas pesquisas e nas produções bibliográficas que convergissem com a renovação crítica do Serviço Social. A quase negação da prática profissional em função da crítica contundente ao tecnicismo e ao modelo conservador deixou no limbo a discussão da instrumentalidade e, conseqüentemente, a supervisão. As produções sobre supervisão que precedem esse período são todas centradas na formação, ou seja, voltadas para a supervisão de estágio, que possui uma particularidade distinta da supervisão no trabalho (BURIOLLA, 1994).

Entre as décadas de 1970 e 1980 a supervisão foi referendada pela conceituação e metodologia proposta por Vieira onde conciliava aspectos sociológicos, psicológicos e educacionais. Diferentemente da perspectiva de Teresa Sheriff, a obra *Supervisão em serviço social* escrita por Vieira em 1979, valorizava o emprego de técnicas e habilidades enfocando o aspecto do ensino prático. (LEWGOY, 2010). A supervisão tanto se aplicava ao estágio como também ao profissional e tinha como conceito:

Processo que visa capacitar o indivíduo a agir conscientemente diante das situações novas da vida, com aproveitamento da experiência anterior, tendo em vista a integração, a continuidade e o processo social, segundo a realidade de cada um e as necessidades individuais e coletivas. Cada um desses elementos que constituíram essa conceituação encontra-se também na supervisão. (VIEIRA, 1979, p.35).

O levantamento da literatura de supervisão em Serviço Social no Brasil indica somente três autoras que tratam de maneira significativa o assunto. São elas: Helena Iracy Junqueira⁵ com dez produções realizadas entre 1947 e 1962; Nadir Gouveia Kfoury⁶ cujas dez produções datam de 1949 a 1969; e Balbina Ottoni Vieira⁷ que escreveu dezoito obras sobre supervisão entre 1961 e 1981. Nas produções das três autoras há influência dos pensadores norte-americanos enfatizando os aspectos psicológicos e psicanalíticos dos casos individuais associados aos procedimentos

⁵ Participou do primeiro curso Ação Social em 1932, que se constituirá em 1936 como o primeiro curso de Serviço Social no Brasil. Será uma das fundadoras da PUC São Paulo e do Curso de Serviço Social.

⁶ Assistente social e professora, foi reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) por duas gestões. A convite do então Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, foi a primeira mulher no mundo a comandar uma universidade católica.

⁷ Diplomou-se em 1945 na Escola de Serviço Social da PUC do Rio de Janeiro. Seguiu vários cursos de especialização nos Estados Unidos e em 1945 trabalhou na Alemanha, como Assistente Social da UNRRA, mais tarde, na Venezuela, assessorou o Consejo Venezolano Del Niño e colaborou, durante dois anos, com o Comitê d'Entente das Escolas de Serviço Social da França, ministrando cursos de "Introdução ao Serviço Social de Grupo", e com a Mutualité Agricole da França no treinamento de 25 assistentes sociais em Serviço Social de Grupo e de Comunidade. B.O.V. Foi professora do Curso de Mestrado em Serviço Social da UFRJ.

metodológicos com ênfase nas técnicas de relatórios e estudos de casos. Após a década de 1970 até os dias atuais, com exceção da obra de Sheriff (1973), nenhuma revisão crítica sobre a temática permeou a bibliografia do Serviço Social, nem mesmo Vieira que se dedicou à questão da supervisão e deu continuidade a Junqueira e Kfoury. Seu último livro, de 1981, *Modelos de Supervisão em Serviço Social*, se restringe a aprofundar os aspectos pedagógicos sem avançar nas problemáticas da questão social (BURIOLLA, 1994).

De acordo com Vieira (1979), a supervisão deve ser analisada dentro do conjunto de conhecimentos relacionados na Formação para o Serviço Social que compreende três aspectos necessários para a intervenção no sistema cliente: o aspecto filosófico que determina os valores éticos e sociais; o aspecto científico para analisar os recursos, condições e possibilidades da natureza humana e o aspecto técnico, que organiza programas de ação e os meios específicos para atingir as metas a serem alcançadas.

Para melhor compreensão sobre os fundamentos da supervisão profissional deve-se considerá-la dentro do conceito de formação para o Serviço Social que, segundo a autora:

Formação é o desenvolvimento das qualidades do indivíduo fluindo sobre sua personalidade total, em vista de uma atuação profissional. Não se trata de ensinar apenas conhecimentos e habilidades, como seria um simples treinamento, mas a assimilação de uma filosofia e de princípios que irão reger sua maneira de pensar e de agir e influir sobre a aplicação das técnicas e habilidades (VIEIRA, 1979, p. 15).

Percebe-se nessa ótica, uma determinada concepção de sujeito, de sociedade e formação que privilegia a individualidade na relação com o meio, atribuindo destaque à personalidade. De fato, a supervisão profissional nessa direção atua com a responsabilização dos sujeitos na consecução da sua prática profissional onde o meio, a conjuntura são apenas cenário coadjuvante. Corresponde, no entanto, ao projeto profissional da época.

Assim, será justificado pela particularidade do Serviço Social, o preparo técnico e pessoal qualificado que difere das outras profissões. Mais do que ensinar regras processuais, técnicas e habilidades, os assistentes sociais precisam desenvolver o pensamento crítico para o agir profissional através da assimilação de conhecimentos diversos, comportamentos e atitudes e um sistema de valores, face às exigências do postulado da “perfectibilidade humana”. Para tanto, a formação

para o Serviço Social enfatiza a “formação da personalidade” e o “método de ensino que liga a prática à teoria”.

A formação da personalidade é praticamente uma exigência da profissão, uma vez que a autora entende que os hábitos devem ser conscientes e racionalmente interiorizados na personalidade para transformar os modos de pensar e agir.

Dada a importância da forma de agir na vida prática e seu aprimoramento através da experiência, a supervisão de assistentes sociais visa o desenvolvimento de atitudes profissionais e das técnicas do Serviço Social e possui métodos distintos para os profissionais recém-formados que precisam adquirir experiência; os recém-admitidos numa organização a qual devem se adaptar e para os experientes para os quais a supervisão assume formas específicas, além de considerar as diferenças individuais dos supervisionados influenciados pelos fatores biológicos, sociais ou ambientais e psicológicos.

Para Vieira (1979), a supervisão para assistente social tem por objetivo trabalhar o desenvolvimento e aperfeiçoamento de atitudes e técnicas do Serviço Social, procurando formar lideranças profissionais dentro das organizações.

Para que ocorra essa supervisão profissional será necessário que a organização compreenda sua finalidade e reconheça que os profissionais possuem capacidade e certa independência para agir dentro das normas estabelecidas e necessitam sempre de orientação e troca de experiências, e se organizem para viabilizar tal processo de supervisão.

A autora ainda classifica os tipos de supervisão para os assistentes sociais, a saber:

Supervisão pedagógica e sistemática: destinado aos profissionais recém-formados ou recém-admitidos na organização. Esse tipo de supervisão procura auxiliar os assistentes sociais no início de suas carreiras de forma progressiva e planejada. Os primeiros trabalhos confiados aos assistentes sociais devem ser criteriosamente escolhidos de acordo com o grau de complexidade psicossocial dos casos a fim de evitar ao máximo as possibilidades de fracasso que podem frustrar ou desestimular os novos profissionais. Cabe ao supervisor analisar a capacidade individual de cada supervisionado para proporcionar o máximo de experiências que o levem a adquirir autoconfiança.

Supervisão em grupo: essa modalidade de supervisão não possui periodicidade regular, podendo ser acionada de acordo com as necessidades de cada organização. Esse formato engloba reuniões e entrevistas individuais e as técnicas didáticas são as discussões em grupo e palestras com debates e estudos de caso. A presença não é obrigatória, cabendo ao supervisor estimular a participação dos assistentes sociais e frisar a diferenciação entre a reunião de supervisão e reunião de serviço.

Supervisão Mútua: reunião de assistentes sociais com certo grau de experiência e independência no trabalho e capazes de identificar as dificuldades e as áreas que precisam de ajuda. Características desse tipo de supervisão é que os membros são homogêneos e fazem rodízio na coordenação das reuniões e podem pedir a presença de especialista sobre determinados temas.

Assessoria ou Consultoria: Designado para os profissionais experientes, a assessoria busca ampliar a compreensão das dificuldades emocionais que podem surgir com a intervenção, através da relação interprofissional de troca de experiências. Diferentemente da supervisão convencional, a assessoria delimita uma área específica e focalizada e a possui uma liberdade e flexibilidade quanto a sua periodicidade que é demandada pelo assistente social assessorado.

Estas modalidades de supervisão supervalorizam a dimensão da técnica e revelam a forte influência do pragmatismo e de uma determinada maneira de conceber a unidade teoria e prática, cujo enfoque centra-se no indivíduo e não na sociedade, valendo-se de fragmentos metodológicos de orientação positivista, funcionalista e fenomênica, numa visão neotomista do Homem.

Apesar da importância da autora, Lewgoy (2010) critica as publicações sobre supervisão que privilegiava a instrumentalização dissociada das dimensões teóricas e políticas afirmando que:

Os instrumentos servem para dar materialidade, mas apenas a sua operacionalização não é suficiente, é fetiche da prática. A aplicação da técnica dissociada da intencionalidade e da fundamentação teórica é muito mais que uma ilusão; é uma prática equivocada (LEWGOY, 2010, p. 83).

Buriolla (1994) chama a atenção para o fato de Vieira ter parado de escrever sobre o tema sem abordar o embate que emergiu na profissão durante e após o período de renovação do Serviço Social. No entanto, é fato inconteste a contribuição de Vieira nas produções sobre a supervisão no Serviço Social, levando em conta

que a supervisão está articulada ao projeto da profissão que, neste período, correspondia à moral conservadora do Serviço Social brasileiro.

As poucas produções teóricas e experiências em supervisão profissional caem em desuso a partir da década de 1980, cuja compreensão só pode ser buscada no próprio processo histórico do Serviço Social a partir da emergência do Projeto Ético Político e seus desdobramentos no campo acadêmico e de atuação profissional.

Desse modo, o próximo capítulo traz uma breve síntese do processo de renovação da profissão à consolidação do projeto ético-político, que abarca as décadas de 1970 e 1990, na intenção de trazer à luz as razões que justifiquem o declínio de experiências e pesquisas relacionadas à modalidade da supervisão profissional.

3. Emergência do Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social: supervisão profissional ausente

O Projeto Ético Político (PEP) do Serviço Social é resultado do processo histórico de renovação e amadurecimento da profissão, cujo marco público e coletivo é o III Congresso Brasileiro do Serviço Social de 1979 (Anhembi/SP), notoriamente conhecido como o “Congresso da Virada”, em razão do movimento de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional e conservador.

Foi um longo trajeto de disputa pela hegemonia da profissão entre as vertentes do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro no qual, a vertente crítica, da intenção de ruptura, a partir da segunda metade dos anos de 1970, ganha terreno na conjuntura das lutas sociais no período ditatorial e se consolida nos anos 1980 e 1990.

As novas bases e diretrizes para o Serviço Social vão sendo construídos coletivamente pela categoria, porém, o quesito instrumental técnico-operativo foi preterido em razão da fundamentação teórica e do direcionamento político, repercutindo no tratamento conferido à supervisão profissional.

Por isso, o conteúdo a seguir está organizado para contextualizar a emergência do Projeto Ético Político e seus desdobramentos na incidência sobre o exercício e formação profissional.

3.1 A tendência de intenção de ruptura no contexto sócio histórico

O Serviço Social, enquanto profissão que participa da reprodução das relações sociais tem seu processo histórico de desenvolvimento diretamente vinculado à contradição entre o Estado burguês e a classe dominante que contrata e remunera os profissionais, e a classe trabalhadora como usuária dos serviços.

Portanto, o Serviço Social possui uma dimensão eminentemente política, embora o conteúdo conservador que marca o Serviço Social, desde a sua gênese até a consolidação da profissão, escamoteia essa dimensão sob o discurso da neutralidade. Além disso, vale aqui mencionar que a omissão é uma forma inconsciente de participação política (NETTO, 2009).

Somente na entrada dos anos de 1960, impulsionados pelo Movimento de Reconceituação na América Latina, que rejeitava o modelo norte-americano, setores da categoria profissional passam a questionar as premissas e compromissos do Serviço Social tradicional, colocando em evidência essa dimensão política. Esse é

um processo que foi possível em razão do contexto sócio histórico brasileiro, para o qual é importante situar.

Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961, João Goulart assume o poder com uma política populista e nacional desenvolvimentista, favorecendo o processo de conscientização e participação política dos operários, camponeses, estudantes e intelectuais na luta pelas reformas estruturais de base.

De acordo com Silva (2011), medidas de extensão da educação, ampliação da Previdência e da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais, queda nos preços dos alimentos, programas de habitação popular são tomadas para enfrentar a Questão Social, agravando a tensão existente entre as forças contrárias ao governo.

Nesse contexto, o Serviço Social passa a ser cada vez mais absorvido pelo Estado e a prática profissional começa a deslocar seu eixo de preocupação do indivíduo para o desenvolvimento da comunidade⁸ voltando seu objetivo para a integração social. Os valores humanistas ainda orientam a ação profissional, sem problematizar as estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais.

Entretanto, um reduzido setor da categoria passa a intervir junto aos movimentos populares influenciados, principalmente, pelo novo posicionamento dos cristãos de esquerda, inspirados pela Teologia da Libertação que defende as mudanças estruturais, partindo de uma análise crítica da realidade e inserindo um caráter político e classista no contexto de desenvolvimento do país (SILVA, 2011).

A intensa movimentação nacional da sociedade em torno das pautas reivindicatórias a favor dos interesses da classe trabalhadora e pelas reformas de base, tem o seu desfecho com a instauração da ditadura militar em 1964, revelando a natureza classista do golpe civil e militar⁹ (NETTO, 2009).

Assim, nos anos de 1970, o país encontrava-se submetido às forças repressivas de um Estado de arbítrio. A ditadura civil militar instaurada no Brasil e que se alastrava pela América Latina, contava com o apoio norte-americano que, no

⁸ Institucionalizado pela ONU após a 2ª Guerra Mundial, no contexto da Guerra Fria, o desenvolvimento de comunidades consiste num extenso programa de assistência técnica fomentado pelos EUA aos países pobres, principalmente os situados na América Latina (AMMANN, 1980).

⁹ No contexto da guerra fria, uma série de ditaduras foi instaurada na América Latina e teve apoio direto dos EUA com intervenção da CIA. Na América Sul sofreram golpe militar: Paraguai (1954), Brasil e Bolívia (1964), Argentina (1966), Peru (1968), Chile e Uruguai (1973). (IELA, 2017).

contexto da guerra fria, visava, sobretudo, garantir a sujeição dos países latino-americanos aos interesses imperialistas dos Estados Unidos.

São anos marcados por violenta repressão agravados pelo modelo econômico adotado pelo regime militar, pautado no financiamento de capital estrangeiro, na superexploração da força de trabalho e na concentração da riqueza por setores da elite brasileira.

Com a implantação do novo regime político as experiências dos (as) assistentes sociais vinculadas à população e às lutas sociais são freadas. Entretanto, houve expansão do mercado de trabalho, inclusive qualitativamente, mesmo que numa perspectiva modernizadora, através dos debates sobre a teorização e método do Serviço Social, uma vez que a profissão, nos seus mais variados formatos e por meio de programas e projetos, funcionava como mecanismo de legitimação do regime militar (SILVA, 2011).

Conforme Netto (2009) é fato inquestionável que a maioria do corpo profissional atuou condescendentemente durante o governo militar, porém, também é fato que o aparato repressivo do regime não conseguiu liquidar a resistência existente no interior da categoria, entre os profissionais, estudantes e docentes do Serviço Social:

[...] os mesmos dispositivos não puderam impedir que muitos assistentes sociais - formados antes e depois do golpe - tomassem consciência no seu exercício profissional e em contato com os problemas dos usuários e dos seus serviços, do caráter do regime de abril e da necessidade de combatê-lo. [...] Tudo isso operava como um magma subversivo no Serviço Social brasileiro, numa dinâmica molecular e discreta, distribuído desigualmente por todo o país e pelos mais distintos espaços sócio ocupacionais. Eram processos singulares, intermitentes, mas que teciam uma malha de possibilidades (NETTO, 2009, p. 32).

Do ponto de vista político, a resistência democrática esteve presente em todas as categorias profissionais. O que hegemonizou o Serviço Social foi a “neutralidade” e a omissão de seus fóruns e instâncias representativas perante o regime militar, como podemos verificar, a título de exemplo, o II Congresso Brasileiro de Serviço Social em 1965, o I Seminário de Teorização do Serviço Social de 1967, em Araxá, no II Seminário de Teorização de 1970, em Teresópolis que expõem a mais completa alienação diante do quadro político instaurado no país. (NETTO, 2009).

Os documentos de Araxá, Teresópolis e Sumaré limita-se ao debate em torno da metodologia e competência técnico-burocrática, sem mencionar a conjuntura

política, econômica e social do regime militar. No entanto, é importante considerar o caráter repressor de um governo autoritário na conjuntura da organização desses seminários.

Com a crise mundial provocada pelo “choque do petróleo” em 1973, o “milagre econômico” chega ao fim e, em 1974, o Brasil amargava um elevado índice inflacionário e a população brasileira sofria com o deterioramento das condições de vida e de trabalho.

Em resposta, os movimentos sociais e sindicais retomam as ruas no enfrentamento político com o governo militar. Eram manifestações populares de toda ordem: movimento por creches, por postos de saúde, por moradia, etc., sendo o movimento contra a carestia de vida, organizado pelas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBS), e o movimento pela anistia dos presos políticos, apoiado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB), as maiores expressões destes movimentos. Merece destaque também as greves operárias ocorridas nos grandes centros urbanos no período de 1978 a 1984.

Os setores críticos do Serviço Social vão somar-se a essas lutas, permitindo a interlocução com diferentes sujeitos políticos de outras categorias profissionais, além dos movimentos organizados da sociedade civil.

É neste contexto que os profissionais, engajados na luta e resistência à ditadura, assumem a vanguarda do Serviço Social numa perspectiva crítica à sociedade capitalista e ao *ethos* burguês, problematizando as referências teóricas positivistas e funcionalistas e lançando novas bases e diretrizes para atuação e construção de um novo projeto profissional para o Serviço Social.

No que diz respeito às políticas sociais, segundo Silva (2011), com insatisfação crescente da população diante do agravamento das condições de vida, o Serviço Social sofre pressão por parte do Estado, que passa a exigir a modernização técnica da profissão para exercer com mais eficácia o amplo aparato assistencial a fim de mediar os conflitos e ganhar apoio da população aos programas de desenvolvimento, uma vez que o regime militar operou no binômio repressão-assistência, ou seja, no contexto da perda das liberdades democráticas, prisões e torturas, a expansão da modernização de políticas públicas operou como estratégia para adesão ao governo.

Também pelo lado da sociedade civil, o Serviço Social sofre pressão dos movimentos populares que, a essa altura, está se rearticulando em torno das lutas democráticas, colocando novas requisições para os profissionais, buscando apoio no sentido de repassar os serviços e programas, considerando as suas reais necessidades. Como Silva (2011, p. 39) posiciona,

É no âmbito dessas demandas (no período de 1979-1985) que setores profissionais dos assistentes sociais aprofundam a proposta esboçada no período 1960-1964 e retomada no início da década de 70, desenvolvendo amplo debate sobre o caráter político da prática profissional e conseqüentemente a desmistificação de sua pretensa neutralidade, ao mesmo tempo em que sugerem, contundentemente, a possibilidade de o Serviço Social pôr-se a serviço da clientela.

Por conta da conjuntura e precário acesso às obras de Marx, tomado como o intelectual que revela as contradições do capitalismo, a aproximação do Serviço social com as obras marxianas, especialmente no final da década de 1970 e início dos anos 1980, supervalorizava a ação política, confundida em grande parte com a ação político-partidária, questionando os espaços institucionais, considerando, inclusive, a proposta em abandoná-los.

Porém, a partir de 1978 com a divulgação das obras de Gramsci no Brasil, o Serviço Social procura orientação numa perspectiva dialética, na concepção do Estado ampliado, cujo espaço contraditório constitui um terreno de possibilidades. Ao longo da década de 1980 e ainda premidos pela conjuntura de final de ditadura e emergência do debate de uma nova Constituinte, com pressão dos movimentos sociais, o Serviço Social entenderá a importância de disputar o espaço institucional, considerando os limites do exercício profissional e o significado das políticas sociais no plano estratégico de ampliação dos direitos sociais.

As condições objetivas e subjetivas para a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social, foram sendo construídas no interior e ao mesmo tempo ao processo de resistência à ditadura e de organização das lutas pelas liberdades democráticas, junto à pluralidade dos sujeitos políticos envolvidos, numa conjuntura de ascensão e crise de legitimidade do governo militar.

3.2. A emergência do Projeto Ético Político e seus desdobramentos no campo acadêmico e de atuação profissional

As transformações no interior do Serviço Social vão se operando em dois momentos concomitantes, a dimensão político organizativa dos (as) assistentes sociais que, paulatinamente, vão disputando e assumindo os fóruns e instâncias

representativos e deliberativos da categoria e a dimensão acadêmica, com o amadurecimento teórico da profissão que vai se consolidando com a inserção do Serviço Social no contexto universitário e, sobretudo, com a inauguração da pós-graduação e da importância da pesquisa.

A emergência do projeto ético-político do Serviço Social foi possível, portanto, graças à luta coletiva da categoria por meio da articulação da organização político-sindical dos/ (as) assistentes sociais nas entidades sindicais Associação Profissional de Assistentes Sociais (APAS) e Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), da organização do exercício profissional no conjunto CFAS-CRAS, atualmente Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e da organização da formação profissional no âmbito acadêmico representado pela ABESS, atualmente Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e SESSUNE, atualmente Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

A reorganização político-organizativa dos organismos do Serviço Social evidencia as contradições e divergências no interior das entidades nacionais, pressionando a incorporação de mudanças em seus quadros representativos de formação e do exercício profissional (ABRAMIDES, 2006).

Segundo Abramides (2006), o III CBAS representa o momento em que os (as) assistentes sociais reivindicam sua condição de assalariamento e, enquanto classe trabalhadora busca reorganizar e rearticular suas instâncias e entidades sindicais às lutas no conjunto da classe trabalhadora.

A articulação nacional das entidades sindicais na Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais (CENEAS) de 1978 a 1983, seguido pela criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS), de 1983 a 1988, cumpriu um papel decisivo na ruptura pública e coletiva da prática conservadora, inaugurando um projeto profissional vinculado aos setores populares (ABRAMIDES, 2006).

Sob o prisma do novo sindicalismo combativo e classista revigorado nesse período, sobretudo, na região do ABC paulista, o protagonismo político da classe operária repercute no III CBAS, quebrando a hegemonia conservadora das instâncias e fóruns do Serviço Social, conforme evidenciada na emblemática

substituição da mesa oficial do congresso pelo então líder metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva.

Na análise de Netto (2009):

[...] não é nenhum exagero assinalar a sua simetria, no quadro do Serviço Social, à reinserção da classe operária na arena política brasileira: assim como essa marcou uma clivagem na dinâmica política brasileira, o III Congresso operou uma decisiva transformação na dinâmica profissional no país [...] quebrou o monopólio conservador nas instâncias e fóruns da categoria profissional - e, em ambos os casos, as consequências foram muito além do marco estritamente político. (NETTO, 2009, p. 30,31).

É nesse contexto, também, que a pós-graduação em Serviço Social se consolida no Brasil pela reforma universitária imposta pela ditadura no intuito de assegurar determinado tipo de produção científica e tecnológica, face às novas configurações da expansão capitalista, sem romper com a condição de país periférico e dependente.

Porém, na esteira do processo de redemocratização da sociedade brasileira, na década de 1980, a pós-graduação se vê obrigada a renovar-se. Com a ascensão dos movimentos sociais e o protagonismo da classe trabalhadora, novas exigências teórico-práticas são requisitadas aos assistentes sociais. Levando em conta a necessidade de uma análise mais crítica e profunda da realidade brasileira, o Serviço Social passa para a interlocução com outras áreas das Ciências Sociais, enriquecendo o programa da pós-graduação (SILVA, 2011).

Segundo Guerra (2011) esse processo é marcado pelo regresso do quadro de intelectuais da clandestinidade e do exílio, imprimindo um pensamento profundamente crítico no meio acadêmico, possibilitando um salto teórico no âmbito da formação, da pesquisa e da produção de conhecimento.

Com efeito, registra-se um avanço substancial na perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo. Neste contexto, opera-se uma importante revisão da formação profissional e do código de ética profissional, redefinindo os conteúdos e os objetivos da profissão.

A Revisão Curricular de 1982 busca ultrapassar o perfil técnico-burocrático, visto como instrumento de dominação de classe a serviço dos interesses capitalistas, desencadeando um processo de construção de uma cultura crítica fundamentado na pesquisa e na produção do conhecimento, embasado diretamente pelo legado marxiano (GUERRA, 2011).

O Código de Ética de 1986, embora seus fundamentos ainda carecessem de sustentação teórica, representou a ruptura política e ideológica com o neotomismo e com a pretensa neutralidade da profissão (ABRAMIDES, 2006).

Contudo, se a década de 1980 representa um período de conquistas nos marcos das lutas sociais, os anos de 1990 se desenrolam em condições adversas impostas pela reorganização do Estado seguido por preceitos neoliberais.

Adversamente foi na década de 1990 que o projeto ético-político se consolida com a reformulação e atualização dos seus estatutos legais expressos na nova Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993) e no novo Código de Ética de 1993. E, as Diretrizes Curriculares de 1996 que corporifica o projeto de profissão fundamentado pela teoria social crítica marxista e vinculado às demandas da classe trabalhadora.

A movimentação no sentido de legitimar um projeto profissional na direção sócio-política estratégica de ruptura com o conservadorismo envolveu o esforço coletivo da categoria que, empenhados em superar o tecnicismo, o pragmatismo e o voluntarismo arraigados na profissão desde sua gênese, secundarizou o debate da dimensão técnico-operativo do Serviço Social. Provavelmente seria esse um dos principais fatores que explica o abandono da supervisão profissional no decorrer do processo de renovação da profissão.

O empreendimento para fundamentar e sustentar todo um arcabouço teórico capaz de responder aos desafios postos pela realidade social, além de desmistificar os referenciais positivistas e funcionalistas, constituiu-se num trabalho hercúleo e elevou o status quo do Serviço Social como profissão e como área de conhecimento. Avalia-se que todo esse esforço canalizou o debate para a dimensão teórica e a dimensão política, uma vez que muito dos acadêmicos do Serviço Social estavam inseridos nas instâncias e fóruns representativos da categoria, não espraiando com a mesma intensidade as discussões para o campo da prática profissional.

A dimensão técnica operativa não teve o mesmo tratamento conferido à dimensão teórica e metodológica no debate dos anos de 1980. De acordo com a análise de Santos (2016), houve o equívoco de considerar que as bases teórica e política bem consistentes dariam conta do “fazer profissional”. Nas palavras da autora:

O receio de um retorno ao ‘tecnicismo no Serviço Social’ gerou, na formação, o seu oposto: a não preocupação com a dimensão técnico-

operativa do Serviço Social com uma suposição de que estudantes e profissionais, por si sós, saberiam fazer a mediação entre os conhecimentos teóricos adquiridos na formação e a realidade do mercado de trabalho e a realidade brasileira (SANTOS, 2016, p. 274).

O tratamento adequado para a questão da relação teoria/prática pretendeu-se resolver nas Diretrizes Curriculares de 1996, com a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. A nova lógica curricular se expressa nos três eixos: fundamentos da vida social, fundamentos da realidade brasileira e fundamentos do trabalho profissional para trabalhar na perspectiva da totalidade, onde os eixos se articulam e atuam como suporte um ao outro.

Contudo, conforme problematiza Santos (2016), ainda existe uma visão equivocada de “separação entre teoria e prática”. A dificuldade de se fazer a mediação entre o conhecimento teórico e a realidade social leva a suposição de que “na prática a teoria é outra” e sob essa argumentação, a supervisão profissional poderia cumprir um papel importante na qualificação do exercício profissional frente aos desafios para consolidar a unidade teoria/prática no cotidiano de trabalho, considerando que o campo teórico é um campo de disputa, uma vez que os projetos profissionais também o são e as correntes teóricas conservadoras permanecem até hoje.

Como salienta Iamamoto (2008), os projetos profissionais não estão descolados de projetos societários, colocando para a profissão o desafio de uma interpretação do Brasil contemporâneo, cuja particularidade histórica de país periférico e dependente, a concentração de renda e riqueza resiste a qualquer pacto redistributivo ao longo de sua história até os dias de hoje.

Requer, ainda, a interpretação do movimento da dinâmica social brasileira, conforme as palavras de Iamamoto (2008) p. 228:

Nesse movimento, aprofundam os persistentes laços de dependência ao exterior e atualizam-se, metamorfoseadas, heranças históricas da formação da sociedade nacional, não erradicadas, expressas nos componentes não-capitalistas nas relações de produção e nas formas de propriedade, que se refratam na cultura política, tradicionalmente marcada pelo favor e pela apropriação privada da coisa pública.

Outro quesito, não menos importante, é considerar o projeto profissional do Serviço Social articulado a condição de assalariamento de seus agentes. Iamamoto (2008) chama a atenção para esse aspecto, cujo debate não foi suficientemente tratado pela categoria.

Foi priorizado o debate sobre o trabalho concreto do assistente social, ou seja, o significado da profissão e sua utilidade para a sociedade, sua relação com o Estado, com os usuários, com a política social, etc., mas não tratou da dimensão abstrata que é todo o processo de alienação do trabalho dos (as) assistente social (IAMAMOTO, 2008).

Considerar o trabalho abstrato significa olhar para a profissão sob a ótica da classe trabalhadora assalariada e todas as implicações que envolvem as condições concretas para a sua realização.

A operacionalização do projeto profissional supõe, então, reconhecer os limites e possibilidades institucionais, circunscrito nas transformações ocorridas nos espaços de trabalho com a entrada do projeto neoliberal no país. Pautado pela ideologia da contenção de gastos sociais, o Estado subordina as políticas sociais às políticas de ajuste econômico e transfere para a sociedade civil a responsabilidade no campo da prestação dos serviços sociais, através da refilantropização com o crescimento do chamado Terceiro Setor, “onde o velho conservadorismo mostra sua face maquiada, apresentando-se como novidade tanto na sociedade como na profissão” (IAMAMOTO, 2008, p. 232).

O capitalismo contemporâneo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, econômica, cultural e política, bem como a flexibilização das relações de trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva que promove a destruição dos referenciais que balizavam a identidade e as formas de luta de classes (HARVEY, 1992).

Essas profundas transformações alteram significativamente as condições de vida da classe trabalhadora, modificando as relações e as condições de trabalho. Os assistentes sociais, enquanto trabalhador assalariado vivencia na sua vida privada as tendências da intensificação da exploração e precarização do trabalho e, na vida laborativa, a requisição de novas demandas dos segmentos da população atendida, advindas das novas expressões da questão social.

As novas expressões da questão social se espraiam na profissão através das políticas públicas submetida aos preceitos neoliberal onde os sujeitos sociais são fragmentados em seus segmentos: criança e adolescente, idosos, portadores de necessidades especiais, etc. dissociados do contexto macro societário de produção do sistema capitalista. Conforme lamamoto (2008), p. 232:

Essa linha de abordagem dos sujeitos sociais, prevalecendo no marco das políticas sociais, alimenta respostas profissionais imediatistas e erráticas, desvinculadas dos movimentos coletivos dos segmentos e classes sociais que atribuem visibilidade na cena pública ao caráter social das necessidades sociais dos indivíduos e grupos, impulsionando a luta por direitos.

Este contexto altera significativamente os processos de trabalho dos (as) assistentes sociais. Além da flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho com a diminuição de concursos públicos e via contratação terceirizada, verifica-se também um amplo contingenciamento dos recursos institucionais.

Portanto, os desafios atuais requisitam uma clareza teórica e estratégias políticas para avançar no horizonte da contracorrente da maré neoliberal, fazendo-se necessário a articulação das instâncias organizativas e acadêmicas da categoria para criar espaços de formação e capacitação permanente, para qualificação e suporte dos (as) assistentes sociais em exercício.

Soma-se a essa realidade a lógica da expansão universitária que precariza o ensino superior através do estímulo à criação de cursos privados de graduação de pouca qualidade e à distância (CHAUÍ, 2003).

Com o crescimento de cursos de graduação em Serviço Social no processo de privatização e mercantilização do ensino superior, regido por metas quantitativas sem assegurar a qualidade do ensino, expressos principalmente na modalidade da Educação à Distância (Ead), a preocupação em garantir a qualificação do exercício profissional nos preceitos da teoria social crítica torna-se proeminente.

Nesse sentido, a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS (2012), fruto do desenvolvimento de ações coletivas de educação permanente, articuladas às demandas da categoria ao longo dos anos, com a contribuição da ABEPSS e ENESSO, firma-se em contraposição à lógica mercantil através do plano de qualificação continuada dos (as) assistentes sociais para o exercício profissional, comprometido com o projeto ético-político do Serviço Social.

Tal Política intenciona aproximar a academia aos campos de atuação profissional, reafirmada pela necessidade da formação permanente diante da complexidade que envolve a dinâmica da vida social e as implicações que a ideologia neoliberal impõe na efetivação dos direitos sociais.

Visa o aprimoramento intelectual, técnico e político de seus profissionais, ressaltando a importância da formação generalista na perspectiva crítica para não

sucumbir à recorrência do pensamento conservador que ainda persiste no interior da categoria profissional (CFESS, 2012).

As estratégias desta política apontam para:

- a importância de se estabelecer parcerias entre o conjunto CFESS-CRESS e as Unidades de Formação Acadêmica;
- a articulação com os movimentos sociais para refletir sobre a realidade socioeconômica e política;
- criar espaços permanentes no CRESS para debater e fortalecer posicionamentos políticos da categoria;
- organizar grupos de estudos em torno das diversas áreas de atuação profissional;
- ampliar a divulgação dos materiais produzidos pelo CFESS-CRESS;
- potencializar a dimensão pedagógica na fiscalização do exercício profissional estimulando para a reflexão teórica;
- pautar o debate sobre demandas e possibilidades acerca da educação permanente dos (as) assistentes sociais nos fóruns de supervisores e CRESS;
- firmar parcerias com instituições empregadoras para viabilizar a educação permanente para os (as) assistentes sociais;
- buscar articulações regionais, construir planos locais/estaduais de educação permanente em parceria com a ABEPSS/CRESS regional que prevejam eixos temáticos prioritários para ações de educação permanente considerando as demandas do exercício profissional;
- compor parcerias na construção e execução das ações e definição de estratégias e prazos. (CFESS-CRESS, 2012).

Percebe-se, no entanto, que dentro destas estratégias não se considera a supervisão como um instrumento que venha a contribuir para a consolidação da Política de Educação Permanente.

Uma das explicações pode ser a preocupação de que esse tipo de prática poderia levar a uma expectativa essencialmente operativa, cartorial, de ensinar a fazer e, mesmo de separação entre ação e o pensar. Essa preocupação do retorno ao tecnicismo repercute na ausência da supervisão profissional, uma vez que no

Serviço Social conservador, a supervisão atuava como um canal muito direto dessas práticas.

No entanto, cabe-nos apontar para as possibilidades da supervisão profissional numa outra perspectiva, que venha a contribuir para o fortalecimento do projeto profissional comprometido com a democratização e qualidade dos serviços prestados.

A supervisão profissional pode oferecer a oportunidade de retroalimentar e fomentar processos que qualifiquem a atuação a partir de situações concretas vivenciadas no cotidiano de trabalho. Constitui-se num espaço de atualização e reflexão para construir estratégias voltadas para o enfrentamento dos desafios postos para a profissão decorrente do atual estágio das forças produtivas.

De acordo com a concepção de Braga e Guerra (2009) a supervisão em Serviço Social deve ser compreendida no conjunto de suas dimensões teórica, ética e política em consonância com os valores e perspectivas do projeto ético-político da profissão conectada a projetos de sociedade.

Atualmente, se considerarmos a supervisão nessa perspectiva, ela se caracteriza como:

[...] uma atribuição profissional que se localiza no âmbito da formação graduada e permanente para a qualificação dos serviços prestados à sociedade, direcionada para a realização dos objetivos, valores, princípios e direção social estratégica do projeto ético-político profissional com vistas à emancipação social (BRAGA, GUERRA, 2009, p.2).

Se expressa pela indissociabilidade entre trabalho e formação, reforçando a unidade teoria e prática a partir de um referencial teórico crítico para construir alternativas e respostas profissionais comprometidos com a qualidade dos serviços prestados à população.

Trata-se de um processo dialético onde supervisor e supervisionados partem de situações concretas onde o objeto de conhecimento é o próprio movimento da realidade. A partir de um conjunto de procedimentos, escolha e utilização de instrumentos estratégicos e a problematização acerca dos objetivos que se pretende atingir, são construídas alternativas para uma intervenção qualificada e competente. (BRAGA; GUERRA, 2009).

Considerando o caráter interventivo da profissão e a complexa e dinâmica realidade em transformação, a supervisão profissional pode constituir-se como apoio aos assistentes sociais em campo, uma vez que auxiliam na construção de

mediações qualificadas que não só respondam às demandas, mas que delas se apropriem criticamente. O supervisor, enquanto um agente externo estimula a reflexão da prática no imediato imposto pelo cotidiano, visando transcender a realidade aparente (BRAGA; GUERRA, 2009).

A supervisão em Serviço Social, apesar do reconhecimento como atribuição profissional desde a primeira lei de regulamentação da profissão aprovada em 1957, é pouco explorada na atualidade. Braga e Guerra (2009) ainda chamam a atenção para a ausência de debates, pesquisas e experiências de supervisão profissional na produção bibliográfica do Serviço Social.

Conforme aponta Matos (2008) a supervisão profissional caiu em desuso no Serviço Social desde os anos de 1970, no entanto, de acordo com Braga e Guerra (2009) a supervisão continua sendo uma atribuição profissional requisitada, porém sob a conotação de assessoria. Então, subtende-se na Lei 8662 de 1993, a supervisão é uma atribuição equivalente à assessoria/consultoria.

No entanto, supervisão e assessoria/consultoria não são sinônimos, conforme esclarece Vieira (1981, p. 108):

O que distingue assessoria da supervisão é sua natureza temporária, eventual (o supervisionado procura o assessor quando precisa) e ampla liberdade do assessorado em aceitar ou não, em seguir ou não as indicações do assessor. Mais do que supervisor, assessor tem uma autoridade de 'ideias', ou de 'competência' e não 'de mando' (VIEIRA, 1981, p. 108).

Ainda assim, a supervisão em Serviço Social ainda é pouco explorada na contemporaneidade, apesar da importância da formação e capacitação profissional permanente considerando que as requisições colocadas aos assistentes sociais encontram-se permeadas pelas determinações históricas e conjunturais das políticas sociais.

Se é verdade que a história do Serviço Social acompanha as transformações da sociedade em sua globalidade, a conjuntura atual coloca para a profissão novos desafios.

Deste modo, a supervisão profissional pode se constituir numa ferramenta importante de apoio e qualificação técnica, tendo em vista, inclusive, a necessidade de abstrair o cotidiano e construir mediações ao exercício profissional.

.A atual conjuntura política brasileira coloca em curso um intenso desmonte nas políticas sociais e um aprofundamento da precarização das relações de trabalho,

cujas sequelas incidirão diretamente no processo de trabalho dos assistentes sociais.

Feitas essas considerações, o capítulo a seguir procura recuperar alguns apontamentos sobre a supervisão aos profissionais em campo, a partir da experiência do projeto de extensão “Supervisão profissional ao trabalho dos assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social - SC”.

4. A experiência do Projeto de Extensão “Supervisão profissional ao trabalho dos assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social - SC”.

O presente capítulo tem por finalidade trazer algumas reflexões extraídas da experiência desenvolvida no projeto de extensão universitária da UFSC sobre os desafios e potencialidades da supervisão profissional em Serviço Social.

A extensão universitária caracteriza-se pela materialização da função social da universidade. Inscrita sob a tríade ensino, pesquisa e extensão, funciona numa via de mão dupla onde a universidade, através dos projetos sociais, socializa seus conhecimentos e presta assistência à comunidade e, em troca, recebe desta a oportunidade de vivenciar novos saberes, uma vez que a aproximação da prática cotidiana propicia a condição necessária para apreender a dinâmica da realidade, que é complexa, contraditória e em constante transformação. Sua função social consiste em produzir e transmitir conhecimentos relevantes de interesse público, disseminar o pensamento crítico, formar profissionais e lideranças intelectuais.

É nesta perspectiva que se inscreveu o projeto Supervisão profissional ao trabalho dos assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social - SC, inserido no âmbito da extensão universitária da UFSC vinculado ao NESSOP, que desde 1992 desenvolve seus trabalhos através da Política Nacional de Extensão Universitária.

O NESSOP constitui-se num espaço de reflexão teórico-metodológica e de construção do conhecimento do Serviço Social, eticamente comprometido com as organizações sócio comunitárias em seus projetos de ampliação de cidadania, do exercício da democracia participativa e de fortalecimento das lutas sociais por melhores condições de vida. Frente às ofensivas do capitalismo globalizado que produz, num curto espaço de tempo, novos desafios para o enfrentamento da desigualdade social, a extensão cumpre um papel estratégico para desenvolver projetos pedagógicos de formação profissional em Serviço Social (MIYASHIRO, 2016).

Considerando a natureza interventiva da profissão na realidade social e a necessidade da formação permanente diante das implicações conjunturais de desmonte das políticas públicas e da precarização das condições de trabalho dos (as) assistentes sociais, professoras que atuam no NESSOP começaram a fazer o debate da importância de ter esse momento da supervisão para o acompanhamento

dos (as) profissionais em exercício e como desenvolver um projeto de extensão que, além do suporte aos/as assistentes sociais para construir mediações, também resultasse num importante elemento de organização política da categoria.

Assim foi concebido o projeto piloto de supervisão profissional em parceria estratégica com o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS).

O projeto foi apresentado ao CRESS e realizado reuniões com a entidade para organizar o processo de divulgação e inscrição e também os materiais de apoio e de infraestrutura para a sua realização.

O projeto recebeu um total de noventa e três inscrições¹⁰, fato que me instigou a refletir o porquê a supervisão profissional não se constitui como uma alternativa de acompanhamento e suporte à prática profissional, tendo em vista a importância da formação e capacitação profissional permanente, conforme já apontada pela Política de Educação Permanente do Conjunto CRESS-CFESS.

Pensar o planejamento da supervisão foi um desafio pelo fato de não haver uma experiência ou uma metodologia consolidada nessa área e também pela preocupação de não incorrer num formato de curso ou de oficina de capacitação.

Desse modo, foram estabelecidos no projeto, módulos para direcionar o desenvolvimento de uma metodologia condizente com os objetivos propostos de trabalhar a partir das demandas e necessidades trazidas pelas assistentes sociais participantes.

É importante ressaltar que o objetivo desse debate como um capítulo do TCC, não recai na análise mais completa (ainda em curso) dessa experiência, ainda que se pretenda apresentar alguns indicativos para contribuir para o avanço da supervisão profissional, o capítulo ilustra alguns apontamentos sobre as possibilidades da supervisão profissional em consonância com os valores e perspectivas do projeto ético-político do Serviço Social.

4.1 Apresentando o projeto

Iniciado em setembro de 2016, o projeto de extensão constituiu-se numa experiência piloto realizado quinzenalmente em formato de oficinas.

¹⁰Foram selecionadas as 50 primeiras inscritas, mas no processo houve evasão por explicações de diversas ordens. Não se efetivou uma avaliação dessas desistências, até porque umas foram justificadas (a maioria com problemas de liberação) e outra parte não se comunicou.

Integraram o projeto de extensão as professoras, Maria Regina de Ávila Moreira e Maria Teresa Santos e duas alunas estagiárias, Célia Adriana Miyashiro e Aline Ayres de Hollanda.

Preliminarmente vale explicitar aqui o que nós, equipe do Projeto de Extensão, entendemos por supervisão profissional e supervisão técnica no contexto deste projeto. De acordo com nossos estudos temos identificado que o termo “técnico” remete ao enquadramento às normatizações e à operacionalização técnica do sistema SUAS (referimos ao SUAS pela natureza do projeto), submetendo a ação profissional à Política de Assistência Social.

Assim, adotamos o termo supervisão “profissional” para superar a questão do mercado e da limitação às normativas. A nós interessou discutir o Serviço Social e o exercício profissional incorporado a indissociabilidade das dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico operativo para responder às contradições da sociedade capitalista e, nesta linha de raciocínio, são as normativas que devem se submeter às determinações profissionais. A supervisão profissional indica uma reflexão mais ampla que ultrapassa os limites institucionais para pensar estratégias de mediações tendo como horizonte a defesa da ampliação da cidadania e a garantia de direitos.

O projeto busca contribuir para a implementação da política de educação permanente construída pela categoria com repercussão sobre os processos cotidianos do exercício profissional em tempos de desmonte das políticas sociais, na medida em que oferecerá as possibilidades de as/os profissionais construir estrategicamente mediações que contribuam para a atuação voltada ao projeto ético-político profissional (MOREIRA; SANTOS, 2016).

Teve como objetivos:

Subsidiar tecnicamente o trabalho realizado pelos/as assistentes sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social no Estado de Santa Catarina;

Aprofundar estratégias ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico operativas que venham a qualificar a intervenção profissional no âmbito da política de Assistência Social;

Levantar as dificuldades e desafios à implementação do Projeto Ético Político do Serviço Social no âmbito da Assistência Social no Estado de Santa Catarina.

Contribuir para fortalecer a técnica de supervisão institucional como uma metodologia de extensão e Educação Permanente em Serviço Social. (MOREIRA; SANTOS, 2016).

Pretende também com o projeto, contribuir para o fortalecimento político-organizativo dos (as) assistentes sociais em defesa dos interesses coletivos da categoria.

Para efetivar a proposta de supervisão profissional foi constituído um grupo de assistentes sociais que atuam na área da assistência social de Santa Catarina, a partir da divulgação e mobilização realizada em parceria com o CRESS/SC, sem discriminação entre CRAS, CREAS e ONGs.

Inicialmente o grupo contou com a participação de vinte e cinco assistentes sociais, todas do sexo feminino, dos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Balneário Camboriú, Brusque, Canelinha, Içara e Bombinhas.

Já no primeiro encontro com as assistentes sociais foi possível identificar nos depoimentos das participantes questões fundamentais que reforçam a importância da supervisão profissional como, por exemplo, a dificuldade de construir uma unidade na categoria e a ausência de espaços de formação onde possam discutir as demandas e trocar experiências. Essa ponte entre a academia e os espaços sócios ocupacionais foi praticamente uma reivindicação do grupo.

Conforme já informado, foram 25 encontros entre setembro de 2016 e julho de 2018.

4.2 Indicativos sobre a supervisão profissional no desenvolvimento das oficinas

O projeto de supervisão foi realizado em dois módulos. O primeiro compreendeu o período de setembro de 2016 a maio de 2017 e aconteceu em formato de oficina com dois eixos de discussão: contextualização político-organizacional para debater sobre o entendimento da Política de Assistência Social e outro para trabalhar as demandas e instrumentalidade.

Como ponto de partida para trabalhar as oficinas, a contextualização político-organizacional procedeu de forma a explorar o entendimento e percepções das participantes sobre a assistência social na perspectiva do direito a partir de quatro questões: 1) como avalia a política de assistência social na relação com os direitos sociais; 2) qual a sua leitura sobre a política de assistência social na atual conjuntura

brasileira; 3) quais as principais dificuldades e desafios para a implementação da política de assistência social na garantia dos direitos e 4) como está organizado a assistência social no seu município. Também foi indicado como subsídio para a discussão, a leitura de Pereira (1996)¹¹.

Em síntese, todas as participantes partiram do marco legal, ou seja, da Constituição Federal de 1988, para explicar a política de assistência social como direito. Neste caso, a supervisão caminhou para ampliar a discussão problematizando a insuficiência de restringir a argumentação ao marco legal.

O marco legal é uma das dimensões de explicação e deve ser apreendido como resultado de conquistas das lutas sociais, considerando as disputas, contradições e interesses de classe envolvidos na permanente correlação de forças presentes na sociedade. Inclusive presumir que, enquanto conquista é conjuntural e se é conjuntural ela pode deixar de ser normativa. Como exemplo, observa-se o contexto atual onde os direitos sociais estão sendo questionados por uma parcela considerável da sociedade alicerçada na onda ultraliberal que caracteriza o contexto mundial com repercussões particulares no Brasil¹².

Portanto, a análise de conjuntura permeou todas as discussões realizadas nas oficinas de supervisão.

A compreensão da emergência dos direitos sociais e das políticas públicas no âmbito da sociedade burguesa revela os interesses hegemônicos para a manutenção do sistema capitalista, ou seja, o atendimento de algumas necessidades sociais torna-se vital para não colocar em risco a reprodução do capital, porém, não só não altera a estrutura que produz a desigualdade social como se constrói como uma estratégia de sua manutenção.

Na análise de Hollanda (2018, p. 27) sobre esse momento do projeto¹³:

[...] observa-se que a discussão na categoria profissional não abarca de forma ampliada as limitações, possibilidades e potencialidades da Assistência Social no âmbito dos direitos sociais no Brasil. Ou seja, há muito conteúdo sócio histórico e econômico a ser aprofundado nessa assertiva para que de fato a apreensão desse debate seja incorporada e resulte em um processo de trabalho que tenha horizontes estratégicos.

¹¹PEREIRA, P.A.P. **A Assistência Social na Perspectiva dos Direitos**: Crítica aos padrões dominantes de Proteção aos Pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996

¹² Está-se referindo ao desmonte do Estado de Bem-Estar Social acusado pelo neoliberalismo de ser responsável pelas crises econômicas. Ver Anderson (1996)

¹³ O Trabalho de Conclusão de Curso de Aline Ayres de Hollanda, também estagiária no projeto, versou exclusivamente sobre o debate da política de Assistência Social. Ver Hollanda (2018)

Neste sentido, ressalta-se a importância da apropriação dos direitos enquanto produto do modo de produção capitalista e relacioná-los com a questão social e a construção das políticas sociais na particularidade da formação sócio histórica brasileira.

A supervisão focou em trabalhar a conceituação da assistência e trazê-la para o campo da política e da contradição capital/trabalho uma vez que, é na contradição que se localiza o terreno das possibilidades de ação.

Defender a assistência social pela via do direito carece qualificar o significado “para quem dela necessitar” que não está na meritocracia e nem na caridade e sim, na desigualdade social que é de ordem estrutural e possui raça, gênero e classe social. Em outras palavras, quem necessita e por quê?

Percebeu-se no decorrer do debate que as assistentes sociais usavam frequentemente o termo emancipação, levantando a necessidade de aprofundar conceitualmente o seu significado.

Como metodologia foi utilizada a técnica da “chuva de ideias” para levantar coletivamente as percepções sobre o tema da emancipação e também o trabalho em grupo, para dialogar sobre a emancipação a partir de trechos extraídos da “*Questão Judaica*” (MARX, 1991), relacionando com o SUAS e com o cotidiano institucional.

De maneira geral a discussão sobre emancipação girou em torno da liberdade e da autonomia como algo que se busca pela própria Política de Assistência em relação aos sujeitos. Entre os debates, destacam-se: A Política de Assistência Social ainda não é reconhecida como política de direito e mantém uma relação com o poder local e sua cultura política. É preciso identificar qual o potencial da Política de Assistência Social no processo emancipatório. De que emancipação se trata? Quais os limites e possibilidades da emancipação num processo mais amplo? A emancipação é um termo em disputa na discussão dos direitos humanos dentro da sociedade capitalista que restringe os direitos. É preciso ampliar a discussão da emancipação para além do indivíduo. A emancipação política é uma etapa fundamental e que precede a emancipação humana.

Como avaliação deste debate, Holanda (2018, p. 30) traz uma breve síntese dos principais pontos problematizados:

Sobre esse aspecto, um dos pontos levantados nos debates, foi que a defesa da emancipação política, tendo como uma das estratégias a luta por

direitos e a particularidade da Assistência Social, dentro da ótica de um Estado capitalista, neoliberal, está relacionada ao rompimento com a tutela do Estado. Percebeu-se uma dificuldade de elaboração das profissionais quando se faz essa crítica. Diante disso, o grupo teve algumas reflexões acerca de como compreendiam essa “tutela” por parte do Estado.

De acordo com as discussões, o grupo percebeu que essa tutela não deve estar condicionada a necessidade dos benefícios ofertados pela Política de Assistência Social por parte dos usuários. Esta perspectiva reduz a política à concessão de benefícios, que por si só não alteram a condição de vida de quem deles necessitam, entretanto, são essenciais na vida da população que sofre diretamente os impactos das expressões da questão social. Neste sentido, o grupo entendeu que a partir de todas as possibilidades que apresentam a Assistência Social no âmbito dos direitos, o que se deve buscar inicialmente com a emancipação política é rompimento com a moralização da vida social por parte do Estado. Isto é, deve-se romper com a visão por parte do Estado pautada em pré-conceitos, que impõem uma série de determinantes e condicionantes e que em nome da justiça e dos direitos humanos acaba por cessar ou violar os direitos dos usuários (HOLLANDA, 2018, p. 30).

Ao conceituar a emancipação numa perspectiva de totalidade a supervisão possibilitou problematizar sobre os limites institucionais, ou seja, a possibilidade de emancipação avança ou regride de acordo com a realidade em determinados contextos. Por isso, a importância da análise de conjuntura permanente para ter profundidade e competência para trabalhar com a equipe e com os usuários, seja no horizonte da efetivação de direitos ou de resistência à retirada dos mesmos.

Trabalhar essa questão foi importante para não cair na descrença e na desmotivação do trabalho no contexto de corte de recursos e a precarização dos atendimentos.

Esse primeiro eixo de discussão procurou trabalhar, portanto, os fundamentos históricos e conceituais da Política de Assistência Social como subsídio ao segundo eixo, diante dos desafios contemporâneos colocados para a profissão, considerando que:

O afastamento da formação genérica, substituída por um conjunto prescritivo de intervenções, sem o rigoroso movimento de articulação entre totalidade e particularidade no fazer profissional, pode contribuir para a maior alienação e perda da capacidade de intervenção crítica na realidade do trabalho (já bastante prejudicada pela precarização do trabalho dos/as profissionais e aviltamento das condições de vida da classe trabalhadora. (ABEPSS, 2012, p. 38).

Em tese as oficinas de supervisão não trabalham com temas prévios, no sentido estabelecido no âmbito exclusivo da equipe do projeto, uma vez que os temas partem das reais necessidades do grupo. Daí a importância da avaliação periódica para o planejamento das oficinas, para definir os conteúdos e metodologia que estimulem o grupo à participação ativa trazendo elementos da realidade a partir

do local de trabalho, na indicação de leituras complementares e no desenvolvimento das tarefas propostas no grupo.

A metodologia adotada para iniciar a supervisão profissional no segundo eixo de discussão foi o trabalho em grupo. Foi realizada a divisão das participantes em três grupos e cada grupo, após trocarem experiências, elegeram uma demanda para socialização.

Nesse processo foi possível observar o que as assistentes sociais consideravam demandas, como avaliavam os processos de trabalho e como estavam lidando com o caráter imediato no fazer profissional e, a partir dessas experiências, problematizar e fomentar a reflexão sobre a imediaticidade do exercício profissional.

Foi um momento muito esperado pelas participantes que estavam ansiosas por respostas e, no decorrer do processo foram entendendo que o objetivo da supervisão profissional não é fornecer respostas ou alternativas, mas o de contribuir com as mediações necessárias para conseguir explicar a realidade e transcendê-la em sua forma aparente.

Conforme Pontes (2002), a mediação é uma das categorias centrais da dialética responsável pela articulação entre as partes de uma totalidade complexa, possibilitando a passagem entre o imediato e o mediato.

De acordo com Coelho (2008, p. 327):

[...] o conhecimento e a transformação da realidade constituem uma unidade que decorre da conexão categorial que se estabelece, no plano da reflexão, entre a imediaticidade e a mediação, e conduz à superação do imediatismo na prática profissional crítica. A consciência movimenta-se por meio da razão histórico-crítica, buscando conectar imediaticidade e mediação para apreender as determinações e as contradições que dinamizam os complexos sociais em sua totalidade.

A superação da imediaticidade ocorre no plano da consciência e requer tempo para apreender o movimento do real e suas múltiplas determinações para desvelar a realidade em sua essência.

Esse tempo de suspensão para refletir sobre a prática profissional foi bastante discutido nas oficinas, bem como a categoria da totalidade¹⁴. Os elementos da totalidade, eles não se articulam de forma homogênea, mas sim com contradições. Então, como estamos olhando para as contradições dessa totalidade?

¹⁴ A partir da compreensão lukacsiana, a totalidade é um complexo constituído de complexos subordinados. Distingue-se da visão que afirma ser a totalidade a mera soma das partes, porque cada parte deste complexo constitui-se num outro completo que se articula aos demais por meio de múltiplas mediações (Pontes, 1995).

Identifica-se que o debate do cotidiano da prática como se apresenta revelou como potencialidade da supervisão profissional: contribuir na construção das mediações necessárias para uma intervenção profissional qualificada e afinada com o projeto ético político, dimensão permanentemente apontada como uma preocupação do grupo.

Outra discussão importante foi sobre a instrumentalidade, instrumentos e técnicas do Serviço Social que fluíram em direção ao campo de mediação para discutir estratégias de intervenção e provocou as participantes para refletirem sobre o método crítico dialético para pensar a realidade e conectá-lo com o cotidiano profissional.

Para finalizar o primeiro módulo do projeto de extensão foi realizado uma oficina de avaliação para verificar se a modalidade de supervisão é importante para subsidiar o trabalho dos/as assistentes sociais, apontar os pontos positivos e os pontos a serem melhorados.

O quadro abaixo, extraído do projeto de intervenção realizado na disciplina de Supervisão Acadêmica de Estágio Obrigatório II, ilustra a síntese dos resultados obtidos da avaliação (MIYASHIRO, 2017).

RESULTADOS DO 1º BLOCO DE QUESTÕES (Contextualização político-organizacional):		RESULTADOS DO 2º BLOCO DE QUESTÕES (Demandas e instrumentalidade):	
<p>Avaliação Positiva</p> <ul style="list-style-type: none"> Contribuiu para refletir e questionar a Política de Assistência Social Ajudou a pensar a Assistência Social para além do Marco Legal Aprofundar conceitos foi importante para qualificar a explicação da assistência pela via do direito Reflexão sobre as desigualdades sociais contribuiu para pensar sobre os limites da profissão Análise de conjuntura – retrocessos – pensar saídas. 	<p>O que precisa ser melhorado</p> <ul style="list-style-type: none"> Regularidade dos encontros Mais indicações bibliográficas 	<p>Avaliação Positiva</p> <ul style="list-style-type: none"> Contribuiu para repensar os instrumentos de trabalho, sair do automático Foi importante para estabelecer os limites institucionais e as condições de trabalho A importância da suspensão (do método) para ter um olhar mais ampliado sobre as demandas O debate sobre análise socioeconômica ajudou a pensar o lugar do Serviço Social na equipe interdisciplinar 	<p>O que precisa ser melhorado</p> <ul style="list-style-type: none"> O debate sobre as demandas contribuiu em parte, pois as demandas da gestão são diferentes, assim como as ONG's também tem suas particularidades. Faltou tempo para aprofundar as questões

Ao todo foram realizadas oito oficinas no primeiro módulo, sendo que no ano de 2016 os encontros aconteceram no auditório do CRESS-SC e no primeiro semestre de 2017, por conta da disponibilidade de agenda e deliberação do grupo, foram transferidos para a Sala 217 do Centro Socioeconômico da UFSC.

O segundo módulo do projeto de supervisão ocorreu em duas etapas, totalizando dez encontros, e as oficinas foram realizadas na sala do NESSOP, localizada no andar térreo do Centro Socioeconômico.

De agosto a dezembro de 2017 o grupo foi dividido em Grupo I, constituído por cinco assistentes sociais que atuam na gestão e Grupo II, que contou com oito participantes que atuam na execução dos serviços assistenciais.

A divisão do grupo foi resultado da avaliação do primeiro módulo das oficinas onde se observou a necessidade de discutir o processo de trabalho, considerando que as participantes que atuam na gestão e coordenação possuem demandas diferenciadas das que atuam na execução da política de assistência social.

O ideal seria separar em três grupos: gestão, serviços de proteção social básica (incluindo ONG's) e serviço de proteção social de média e alta complexidade. Entretanto, não foi possível devido a viabilidade da execução do projeto de extensão no que diz respeito a agenda, principalmente.

Assim, a supervisão continuou sendo realizada no formato de oficinas com cada grupo alternadamente. Um encontro na semana com o grupo I e um encontro na semana seguinte com o grupo II.

No decorrer das oficinas a supervisão profissional possibilitou aprofundar questões sobre as condições concretas de trabalho das assistentes sociais como, por exemplo, no grupo I foi contemplado a discussão sobre as relações interpessoais, trabalho interdisciplinar e multidisciplinar, a importância de definir os objetivos para pensar os serviços, sobre a responsabilidade da gestão, quais os registros que utilizam e como estão sendo feitos, etc.

Já no grupo II a atribuição do/a assistente social, a tensão entre o projeto profissional e o que os usuários, sociedade, Estado, chefia e instituição esperam do profissional, a importância da sistematização, o exercício profissional na conjuntura atual, condição de trabalho e de saúde das assistentes sociais, etc. foram questões que acompanharam todo o processo de supervisão profissional durante a primeira etapa do segundo módulo do projeto.

A supervisão profissional com grupos menores permitiu aprofundar as questões e houve uma maior aproximação com a realidade do cotidiano institucional, além do direcionamento da indicação bibliográfica para contribuir com as oficinas.

Em março de 2018 foi desfeita a divisão do grupo e as oficinas seguiram, quinzenalmente, até julho de 2018 com sete encontros, quando finalizamos o projeto contando com a presença de 12 assistentes sociais. Como momento de síntese o grupo avaliou ser importante retomar a configuração inicial.

Nesta etapa as oficinas partiram dos temas de discussão sobre os instrumentos, como a visita domiciliar, a experiência de trabalho com grupos, parecer social, relatórios, entrevistas e reuniões de equipe, usuários e de rede, todos com referências bibliográficas enviadas antecipadamente por e-mail às participantes para subsidiar o debate.

A essa altura percebeu-se o salto qualitativo das assistentes sociais nas reflexões sobre o fazer profissional a partir da realidade concreta do cotidiano de trabalho. Também conferiu à documentação um caráter de instrumental político da profissão, de reafirmação de uma postura crítica em favor da ampliação dos direitos. Identificou-se a apropriação dos conteúdos e objetivos da profissão que, não necessariamente, coincide com os objetivos institucionais ou mesmo com a política de assistência social.

Apesar da regulamentação do Serviço Social como uma profissão liberal, os (as) profissionais não detêm os meios necessários para exercê-lo e depende do contrato de trabalho para a sua realização. Portanto, o processo de trabalho é organizado pela instituição empregadora, de natureza pública ou privada, que disponibiliza os recursos humanos e materiais, além dos critérios de acessibilidade aos serviços ofertados que incide diretamente no conteúdo da prática profissional.

Há de se considerar também a tensão entre a autonomia profissional e a condição de assalariamento, ou seja, a subordinação do trabalhador que vende sua força de trabalho para prover a sua existência.

Essa dimensão do trabalho abstrato se fez presente de forma bastante acentuada em todos os debates. As demandas reprimidas por falta de recursos, as precárias condições das instalações físicas dos equipamentos de alguns CRAS, a pressão por produtividade e intensificação do trabalho, o assédio moral de chefias eram temas trazidos com frequência, gerando a necessidade de problematizar a relação entre o projeto profissional e o projeto de sociedade de inspiração neoliberal que condiciona as políticas sociais à política econômica, agravados pela relação de poder numa conjuntura de ascensão da extrema-direita no cenário político brasileiro.

Diante desse contexto, a supervisão profissional também cumpriu um papel importante de apoio as profissionais em campo problematizando sobre os limites da profissão e o recuo estratégico para rearticular as alianças e fortalecer a organização da categoria para enfrentar os desafios e o assédio moral, como foi no caso de algumas assistentes sociais em conflito com as autoridades locais.

O planejamento das oficinas foi sendo desenvolvido ao longo do projeto através de reuniões semanais da equipe onde, a partir da avaliação da oficina anterior, se construía a metodologia para trabalhar a oficina seguinte.

Nesses encontros de planejamento eram debatidas questões em relação às dificuldades do exercício profissional levantadas pelas assistentes sociais e como a supervisão poderia contribuir, tanto na superação como para estabelecer os limites institucionais. Também se apontou para a necessidade de avançar nos estudos sobre a concepção e metodologia da supervisão profissional.

Foram vinte e cinco encontros realizados ao longo do projeto de extensão, onde as possibilidades dessa modalidade de supervisão foram sendo construídas processualmente através do planejamento, avaliação e sistematização das oficinas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter da supervisão em Serviço Social no Brasil está intrinsecamente relacionado ao processo de constituição da profissão no país e vincula-se a um projeto de profissão e de sociedade historicamente determinados.

Portanto, a apreensão do processo de supervisão em Serviço Social no Brasil só pode ser buscada na sua própria história numa perspectiva de totalidade, para compreender os elementos constitutivos da supervisão profissional referenciados pelas teorias positivistas e funcionalistas do Serviço Social conservador, bem como refletir sobre o abandono dessa modalidade nos marcos do movimento de renovação da profissão.

A apropriação do significado do Serviço Social em sua historicidade crítica é fundamental para direcionar a prática no sentido convergente ao código de ética e ao projeto ético-político da profissão.

O Serviço Social enquanto profissão inscrita na divisão social do trabalho participa das relações sociais na dinâmica da sociedade capitalista. No entanto, lamamoto (2009) recusa a visão unilateral desprendida do movimento dialético da realidade. Para a autora, o processo de reprodução das relações sociais não significa apenas a reposição ou repetição das normas vigentes. Os (as) assistentes sociais reproduzem pela mesma atividade interesses antagônicos permanentemente tensionados pela contradição capital/trabalho e tem a possibilidade de criar novas relações sociais entre os homens na disputa entre as classes.

É nesse campo das possibilidades que a supervisão profissional propõe a capacitação e o aprimoramento intelectual dos (as) assistentes sociais num processo constante de estimular e provocar a reflexão da prática para desenvolver uma intervenção mais qualificada.

De acordo com Braga e Guerra (2009, p. 5):

[...] a intervenção na realidade requer a compreensão do significado social da profissão e da sua inserção no contexto de relações e condições específicas dentro de conjunturas determinadas, apreendendo os fenômenos sociais como processos em constituição, cuja legalidade tendencial só se explica no contexto contraditório das relações sociais. Nesse sentido, todo fenômeno social analisado (e aqui se inserem as políticas sociais e a própria intervenção profissional) deve ser apreendido como síntese de múltiplas determinações e funcionalidades.

No cotidiano profissional os saberes e as práticas são atravessados por interesses muitas vezes antagônicos entre a população usuária e a instituição que oferta os serviços, com ênfases diferenciados na burocracia, no clientelismo, na

produtividade ou na emancipação e defesa de direitos, conforme a conjuntura da correlação de forças presentes entre os distintos projetos societários. A profissão, devido ao seu caráter social, participa da produção e reprodução social numa relação de hegemonia e contra hegemonia, ou seja, pode adotar uma perspectiva de controle ou de emancipação (BRAGA; GUERRA, 2009). A supervisão, por sua vez:

[...] possui uma natureza de controlar, inspecionar e vigiar, por ser essa natureza histórica e social, ela depende das condições objetivas e subjetivas nas quais se realiza, podendo ser orientada para a autonomia, democratização das relações de poder e emancipação política (BRAGA, GUERRA, 2009, p.12).

O projeto neoliberal em vigor no Brasil desde a década de 1990 impõe enormes desafios para o Serviço Social contemporâneo e, na conjuntura atual, esses desafios aumentam exponencialmente diante da ascensão, no comando do país, de uma extrema-direita de caráter fascista e autoritária que coloca em xeque os direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora.

O presente cenário brasileiro coloca para os profissionais, além da necessidade de formação permanente para analisar e refletir sobre as transformações em curso, a necessidade de fortalecer as organizações política da categoria na luta contra a precarização do trabalho e da formação profissional, reafirmando assim, a importância da supervisão profissional neste sentido.

Entretanto, ainda carece de investimento das instâncias representativas da categoria para avançar na construção de bases legais, institucionais e teórico-metodológicas da supervisão e, por essa razão, este trabalho pretendeu contribuir para fomentar o debate em torno dessa temática a partir da reflexão sobre a experiência vivenciada no projeto de extensão de supervisão profissional no Serviço Social.

Uma reflexão importante para aprofundar na abordagem da supervisão diz respeito ao atendimento das demandas individualizadas. Não necessariamente em atendê-las, mas o que se faz depois com essas demandas. Como sistematizar e coletivizar ainda representa um desafio para as profissionais que participaram do Projeto, principalmente no que diz respeito às condições de trabalho que não disponibiliza tempo para trabalhar a sistematização.

A apropriação do nosso objeto de trabalho e do nosso fazer profissional também é fundamental para superar as barreiras da interdisciplinaridade e avançar nos encaminhamentos das diferentes necessidades sociais.

A formação generalista do Serviço Social permite ao profissional compreender a realidade em sua totalidade que engloba os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais etc. do fenômeno que se apresenta no imediato. E a partir dessa visão mais ampla extrair as particularidades e subjetividades dentro do contexto de vida e de convivência do indivíduo. O assistente social deve ser capaz de capturar as necessidades que se apresentam de forma fragmentada e inseri-lo dentro de um contexto macro da sociedade e por isso mesmo, tem uma competência diferenciada de outros profissionais da equipe multidisciplinar.

Do acúmulo sistematizado até então foi possível levantar alguns indicativos ao exercício da supervisão, entre os quais, a reunião de avaliação e o planejamento sistemáticos são essenciais para definir os conteúdos a serem trabalhados e a metodologia para o desenvolvimento desses conteúdos. A supervisão deverá contar com técnicas diversificadas para a discussão dos temas e/ou assuntos levantados pelo grupo supervisionado como, por exemplo, texto, subdivisão de grupos, dinâmicas, etc. para estimular a participação ativa do grupo.

O debate dos instrumentos à luz da mediação foi fundamental para dois movimentos: a qualificação na efetivação desses instrumentos, por exemplo, a visita domiciliar ou o relatório, como fazer uma visita e elaborar um relatório trazendo as questões de fundo das situações para além da aparência, ou seja, qualificar a ação propriamente dita relacionado o cotidiano que está sendo visitado/relatado com as contradições na perspectiva da totalidade. E outro movimento que é decorrente deste que coloca os instrumentos como estratégico para a concretização da ação profissional e, portanto, a dimensão técnico-operativa não pode ocupar um lugar secundarizado na formação do exercício profissional.

No processo de supervisão, quem está operacionalizando a supervisão não pode deixar de considerar o projeto profissional do Serviço Social e as condições de trabalho assalariado de seus profissionais na abordagem do método, para não incorrer no lapso de conceber as mediações como “missão”.

Para concluir, o exercício profissional em Serviço Social envolve um nível de complexidade que demanda da categoria um empenho vigoroso para implementar as estratégias de ações da Política de Educação Permanente do conjunto CRESS-CFESS, assegurando a formação e capacitação permanente, incluído neste espaço, a atribuição da supervisão profissional.

REFERÊNCIAS

ABESS. Currículo mínimo para o curso de Serviço Social (aprovado em assembléia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: Uerj, 1996.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político profissional do serviço social brasileiro**. 2006. 426 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Cap. 2.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – fundamentos e história**. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRAGA, Maria Elisa; GUERRA, Yolanda. Supervisão e Serviço Social. in: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf>

BURIOLO, Marta A. Feiten. **Supervisão em Serviço Social: o supervisor, sua relação e seus papéis**. São Paulo: Cortez, 1994.

CARVALHO, Maria Irene de. **Contracorrentes em tempos de tempestades: o pensamento de Jane Addams e Mary Richmond no Serviço Social**. In: Revista Em Pauta. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/3898>

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: uma interpretação histórico-metodológica**. 19 Ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2006.

CFESS. **Seminário nacional: 30 Anos do Congresso da Virada**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/SEM30ANOSDAVIRADACFESSsite.pdf>

CFESS. **Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, 2012. Disponível em: http://dssestagio.paginas.ufsc.br/files/2013/06/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação** n. 24, p. 55-15. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2003.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991, p.77-87

COELHO. Marilene Aparecida. **Imediatividade na prática profissional do assistente social**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp108860.pdf>

COSTA, Gilmara Macedo da. **Revisitando o Serviço Social clássico**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/download/32747/23547>

GUERRA, Yolanda. **A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado**. In: Temporalis, Brasília, 2011, v. 22, n. 11, p.125-158.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOLLANDA, Aline Ayres de. **Os desafios ao exercício profissional de assistentes sociais no âmbito do sistema único de assistência social**. 2018. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Departamento Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Cap. 2

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social: desafios para a formação e o exercício profissional**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARX, Karl. **A Questão Judaica**. São Paulo: Ed. Moraes, 2ª edição, 1991.

MATTOS, Maurílio de Castro. **Assessoria, consultoria, auditoria e supervisão técnica**. in: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZK2736DP7w8MI96Qb63f.pdf>

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1993

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Estudos socioeconômicos. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MIYASHIRO, Célia Adriana. **Plano de Estágio**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

MOREIRA, Maria Regina Ávila; SANTOS, Maria Teresa. **Supervisão Profissional ao Trabalho dos Assistentes Sociais que atuam no Sistema Único de Assistência Social - SC**. Serviço Social e Processos Políticos Organizacionais. Diretório CNPQ. NESSOP. Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. **80 anos de serviço social no Brasil**: a influência norte americana na construção da identidade profissional e seus rebatimentos na atualidade. In: **II Congresso de Assistência Social do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Cress, 2016. p. 1 - 12. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/067.pdf>

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesauru, 1996.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumem, 2011.

_____. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios na atualidade. In: **Serviço Social no Brasil**: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016. p. 265-285.

SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**, Belo Horizonte: Revista Conexão Gerais – CRESS 6ª Região, v. 3, 2012. Disponível em: <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/Revista-3.pdf>.

SHERIFF, Teresa. **Supervisión em trabajo social**. Buenos Aires: Ecro, 1973.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WILLIAMSON, Margaret. **Supervisão – novos padrões e processos**. (New York: National Board of Young Men's Christian Association, 1961).

VIEIRA, Balbina Ottoni. **Modelos de Supervisão em Serviço Social**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

_____. **Supervisão em Serviço Social**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1979.